



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje por duas Sessões, o Projeto de Lei nº 256/2003.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2822

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje por cinco Sessões, o Projeto de Lei nº 239/2003.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje por cinco Sessões, o Projeto de Lei nº 239/2003.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 08.12.2003 em Comissão Geral para a votação dos Projetos de Lei nº 597/2003 (Autoriza o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo em estabelecimentos de ensino, Núcleos Regionais de Educação, Unidades Descentralizadas de Educação e Delegacias de Polícia), 660/2003 (Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Fundo Estadual Antidrogas - FEA); 682/2003 (cria indenização por morte ou invalidez permanente de integrantes dos quadros da Polícia Civil e Militar, agentes penitenciários e agente de execução na fundação de educador social alocados no Instituto de Ação Social do Paraná nas Unidades Privativas de Liberdade do Quadro Próprio do Poder Executivo decorrentes de atos ou fatos ocorridos no efetivo exercício de suas funções); 683/2003 (Cria o Fundo Rotativo da Polícia Militar do Paraná em benefício dos Batalhões da Polícia Militar e Companhias Independentes); 685/2003 (Autoriza o Poder Executivo a doar à Cohapar área de propriedade do Estado localizada no município de Araucária); 686/2003 (Dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA); 696/2003 (Dispõe que as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 1999, constituídos ou não, ficam dispensadas de pagamento); e, 697/2003 (cria, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 02 cargos de Chefe de Núcleo Regional de Educação).

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(aa) ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, PADRE PAULO CAMPOS, MARCOS ISFER e PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no disposto pelo artigo

187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 2830

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER desta Comissão Executiva, ou, se esta assim entender, após ouvido o douto Plenário, seja o Projeto de Lei de sua autoria, sob nº 395/2003, encaminhado às demais Comissões pertinentes e ao Plenário, nos prazos regimentais previstos às proposições sob regime de urgência, para discussão e votação, inobstante ter recebido parecer contrário da CCJ, uma vez que não se configura a “manifesta” inconstitucionalidade prevista no parágrafo 4º do artigo 124 do regimento Interno, conforme contestou o deputado Durval Amaral em “voto em separado”, cópia anexa, junto àquela Comissão de Constituição e Justiça.

No mais, fundamenta ainda este requerimento o fato que as hipótese de arquivamento de projetos de lei nesta Casa estão previstas no Regimento Interno, entre elas, os artigos 126 e 250, e nos quais não se enquadra o Projeto de Lei nº 395/2003 e ainda porque se eventual falha existir, o arquivamento do projeto impede respectivo saneamento nas Comissões ou no Plenário, através das emendas apropriadas.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2831

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER desta Comissão Executiva, ou, se esta assim entender, após ouvido o douto Plenário, seja o Projeto de Lei de sua autoria, sob nº 286/2003, encaminhado às demais Comissões pertinentes e ao Plenário, nos prazos regimentais previstos às proposições sob regime de urgência, para discussão e votação, inobstante ter recebido parecer contrário da CCJ, uma vez que não se configura a “manifesta” inconstitucionalidade prevista no parágrafo § 4º do artigo 124 do Regimento Interno.

No mais, fundamenta ainda este requerimento o fato que as hipótese de arquivamento de projetos de lei nesta Casa estão previstas no Regimento Interno, entre elas, os artigos 126 e 250, e nos quais não se enquadra o Projeto de Lei nº 286/2003 e ainda porque se eventual falha existir, o arquivamento do projeto impede respectivo saneamento nas Comissões ou no Plenário, através das emendas apropriadas.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER desta Comissão Executiva, ou, se esta assim entender, após ouvido o douto Plenário, seja o Projeto de Lei de sua autoria, sob nº 573/2003, encaminhado às demais Comissões pertinentes e ao Plenário, nos prazos regimentais previstos às proposições sob regime de urgência, para discussão e votação, inobstante ter recebido parecer contrário da CCJ, uma vez que não se configura a “manifesta” inconstitucionalidade prevista no parágrafo § 4º do artigo 124 do Regimento Interno.

No mais, fundamentada ainda este requerimento o fato que as hipótese de arquivamento de projetos de lei nesta Casa estão previstas no Regimento Interno, entre elas, os artigos 126 e 250, e nos quais não se enquadra o Projeto de Lei nº 573/2003 e ainda porque se eventual falha existir, o arquivamento do projeto impede respectivo saneamento nas Comissões ou no Plenário, através das emendas apropriadas.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja obedecido o disposto no artigo 183, “a” e “c” do Regimento Interno da Assembléia Legislativa que diz:

“Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanente, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

...

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental...”

O artigo 50/RI parágrafos 1º e 2º, complementa tal disposição e determinado como o presidente de Comissão Permanente deve proceder em matéria pelo plenário como de urgência.

Já o artigo 142, parágrafo 1º expressa:

“Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito (48) horas”.

Ora os Projetos de Lei nº 273 e 274 já estão em regime de urgência desde de maio do corrente. Apesar de ter recebido Parecer da Comissão de Constituição e Justiça lá se encontram, e durante todo este tempo, sem que sejam, enviados à Comissão de mérito, que é a de Educação, Cultura e Esportes. Em 21 de outubro de 2003 pelo Ofício 21.10.2003 o senhor presidente da Comissão de

Educação, Cultura e Esportes solicitou que os projetos fossem enviados enfim para aquela Comissão. Não foi atendido.

Assim, e através do Protocolo 9841 de novembro do corrente ano, mais uma vez reiterou o envio da documentação para a Comissão competente, mas, infelizmente, os PLs ainda jazem na CCJ sem que seu titular envie à Comissão requerente.

Ilustre-se, por demais, que não se encontram entre as competências elencadas no artigo 33, § 2º, ou artigo 42 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná a de arquivar projetos de lei, devendo tal atitude ser considerada arbitrária e contrária ao direito e às disposições regimentais.

O Regimento Interno preconiza mecanismos de deliberação democráticos determinando que mesmo os projetos de lei que eventualmente tiverem recebido em alguma Comissão, mesmo da CCJ, parecer contrário, serão submetidos à deliberação do Plenário da Assembléia Legislativa, como consta do artigo 165 e parágrafo único:

“A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.”

Assim, a teor do artigo 183, “a” e “c”, combinado com o artigo 142, § 1º, o signatário requer, ouvida a deliberação plenária, o envio preliminarmente dos PLs 273 e 274/2003 para a Comissão de mérito, isto é, de Educação, Cultura e Esportes para que ali possa ser analisada e a seguir seja incluída na primeira pauta de qualquer Sessão a ser realizada a partir do pronunciamento daquela, conforme dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Requer-se outrossim, o envio de expediente ao presidente da CCJ determinação proibindo que proceda ao arquivamento de projetos de lei que eventualmente tenham recebido pareceres contrários naquela instância por ser ato irregular e sem respaldo legal ou regimental.

Sala das Comissões, em 03.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Santos, pelo falecimento, no dia três de dezembro, em Curiúva, do vereador e presidente da Câmara Municipal Azor dos Santos, aos 51 anos. Deixa a esposa, Cacilda Lopes dos Santos, uma filha de 31 anos e duas netas de 9 e 1 ano.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2834

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

respeitosamente, REQUER envio de votos de pesar à família Campinha Garcia Cid, pelo falecimento da Sra. Francisca Campinha Garcia, ocorrido nesta data, na cidade de Londrina.

Termos em que pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares na Rua Rolândia, nº 138, Jardim Dom Bosco, CEP: 86.060-430, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Francisca Campinha Garcia foi casada por 36 anos com Celso Garcia Cid, pioneiro do município de Londrina e também um dos pioneiros na introdução do zebu no Brasil.

Após a morte de Celso Garcia Cid, dona Francisca deu continuidade ao importante trabalho do marido. Hoje, a Fazenda Cachoeira, localizada em Sertanópolis, de propriedade da família, agrega gados das raças nelori, gir e guzera - todos descendentes de bovinos trazidos da Índia em 1960.

REQUERIMENTO Nº 2807

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Dr. Idevan Batista Lopes, pela sua posse como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Idevan Batista Lopes para que receba as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos os paranaenses a posse do Exmo. Sr. Dr. Idevan Batista Lopes, como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conquista que veio somar-se às anteriores como magistrado moderno e democrático.

Desnecessário é destacar a importância do cargo de desembargador, porque está presente e evidenciado no dia-a-dia da sociedade. Todavia, é necessário que exaltemos o trabalho do nobre desembargador, lembrando a nobreza de sua atividade e sua indispensabilidade, como juiz até chegar ao alto posto que tomará posse amanhã em Sessão Solene do Tribunal de Justiça, pois é o Poder sob o qual está a responsabilidade de ministrar a justiça, arbitrando as desavenças, julgando as demandas quando se chocam interesses contrários. É no Judiciário, portanto, que repousa a esperança do cidadão na busca de seus direitos. Se compete ao Legislativo criar e aperfeiçoar o conjunto das leis, se tem o Executivo a competência de aplicar as leis e promover a administração, cabe ao

Judiciário zelar para que as leis sejam aplicadas com justiça e a administração promovida dentro dos princípios éticos indispensáveis.

No momento em que comemoramos com alegria a posse do Dr. Idevan Batista Lopes como novo desembargador, temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido como juiz ao longo de sua belíssima carreira.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a homenagem que este deputado deseja prestar, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, saudando efusivamente todo o Poder Judiciário, ao receber o novo desembargador que continuará tudo fazendo em prol da sociedade paranaense em geral e dos cidadãos em particular.

REQUERIMENTO Nº 2813

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor ao magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Dr. Carlos Moreira Júnior.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Homenageio o magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, pela iniciativa e realização do Provar 2004. Um vestibular específico que tem como finalidade redistribuir as vagas remanescentes dentro da instituição, resultantes do abandono de curso pelos alunos da graduação nas Universidades. São vagas ofertadas no vestibular e que acabam ociosas. A ocupação dessas vagas, além do estudo efetivo para combater a evasão escolar, é o mínimo que deve ser feito para que se inicie um amplo resgate da universidade pública.

Na primeira etapa do Provar, são abertas vagas aos alunos da própria UFPR, para que eles possam fazer mudanças de turno, campus ou habilitação dentro do mesmo curso. Com essa etapa, o número total de vagas disponíveis não muda. Há apenas o remanejamento de alunos.

Na segunda etapa, as vagas são preenchidas por meio de um teste seletivo para cada área. Alunos de qualquer outra faculdade poderão se candidatar para ocupar essas vagas.

Por fim, na terceira etapa, as vagas que sobrarem da segunda etapa serão abertas para que haja reopção de curso dentro da UFPR, reintegração de alunos que tiveram seu registro acadêmico cancelado, aproveitamento de curso superior por alunos já diplomados e complementação de estudos.

REQUERIMENTO Nº 2823

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 132, parágrafo 1º, inciso V, do Regimento Interno, vimos, respeitosamente, SOLICI-

TAR a V. Exa. se digne registrar nos Anais desta Casa, voto de louvor ao piloto cascavelense David Muffato, pela conquista do Campeonato Brasileiro de Stock Car, no último domingo no Autódromo de Interlagos em São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2808

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de requerimento ao Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos provenientes do Programa Paraná Urbano, para o município de Londrina, no que diz respeito à:

- pavimentação asfáltica e urbanização dos passeios no loteamento denominado Jardim Colúmbia B, no valor de R\$ 41.431.494,50. Informamos que o município de Londrina participa do Programa de Erradicação ao Analfabetismo, podendo assim usufruir os benefícios referentes à diminuição da sua contrapartida nos financiamentos;

- pavimentação asfáltica e urbanização do passeio no loteamento denominado Jardim Professora Marieta, no valor de R\$533.508,37;

- pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais e urbanização dos passeios no loteamento denominado Jardim João Turquinho, no valor de R\$1.641.171,84; e,

- pavimentação, drenagem, calçadas e acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais no loteamento denominado Jardim Belleville, no valor de R\$1.657.275,73.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2810

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja fornecido a este parlamentar, cópia dos documentos resultantes da CPI do Banestado, referentes a gastos com publicidade realizados pelo Banestado na Rede Paranaense de Televisão/Rede Globo nos oito anos do Governo Lerner.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2811

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que seja fornecido a este parlamentar, cópia dos documentos resultantes da auditoria realizada pelo Banco do Estado do Paraná e pelo Banco Central do Brasil na agência Centro Cívico, em posse da CPI do Banestado.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2814

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003.

- Quais os gastos com publicidade, nos oito anos do Governo Jaime Lerner, pagos para a Rede Paranaense/TV Globo?

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003.

- Quais os gastos com publicidade, nos oito anos do Governo Jaime Lerner, pagos para o jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2824

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUEREM, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pedido de explicações acerca das declarações proferidas com data de 02 de dezembro de 2003, na Rádio CBN que em edição estadual e nacional, e com grande repercussão no meio social e acadêmico afirmou "que a Assembleia Legislativa do Paraná aprova projetos de lei inconstitucionais" e que age desta forma em função de "pressões".

Requer-se que nas explicações sejam indicadas as pressões que eventualmente a Assembleia sofre, identificação, sua origem, e formas de procedimentos. Deve indicar todos os projetos de lei que nos últimos cinco anos tramitam nesta Assembleia e que por "pressão" foram aprovados, indicando da mesma forma a identidade, origem e formas e procedimentos e interesses dos "pressionadores".

Requer-se, outrossim, o envio deste expediente ao senhor presidente da Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para análise de eventual infração ao contido na Resolução 009/2000, em especial do artigo 5º, III, artigo 9º, parágrafo 1º, I, parágrafo 2º, I, II, entre outros e as disposições pertinentes do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(aa) RATINHO JÚNIOR, BARBOSA NETO, RENI PEREIRA e JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Nizan Pereira - Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, no sentido de esclarecer algumas questões que não foram respondidas satisfatoriamente, no requerimento de pedido de informações aprovado por esta Casa de Leis, em 11 de novembro do corrente:

1 - Em relação à Conferência Internacional de Software Livre, qual o grau de responsabilidade da Companhia de Informática do Paraná (Celepar) na realização do evento? Responsabilidade total ou parcial (promocional)? Especificar.

2 - Houve contratação, através da Celepar da empresa Network Eventos como organizadora do evento? Enviar cópia do contrato.

3 - Qual o custo para a Celepar quando da contratação dos serviços da empresa Network Eventos?

4 - Se a empresa Network Eventos foi contratada pela Celepar, qual o critério utilizado para escolha dos patrocinadores (Gold e Silver) e parceiros (apoio Institucional e Promocional)?

5 - Se a empresa Network Eventos foi contratada pela Celepar, qual o valor de recursos financeiros repassados por patrocinador? Especificar patrocinador Gold e Silver.

6 - Se a empresa Network Eventos foi contratada pela Celepar, qual o valor arrecadado com as inscrições e número de participantes na conferência?

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, solicitando informações embasadas no Ofício OF.CEE/CC 3419/2003, da Secretaria de Estado da Casa Civil, que esclarece que os recursos destinados através de Dotação Orçamentária Anual de 2003, não foram utilizados por falta de disponibilidade financeira do tesouro estadual, requeremos informações sobre qual dotação foi utilizada pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior para efetuar a

estadualização da Fundação de Ensino Superior Luiz Meneguel, no município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Sr. governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando informar qual era o cronograma, em 01 de janeiro de 2003, das metas físicas (obras, tais como, restaurações, duplicações, viadutos, trevos, terceira pista, etc) e das prestações de serviço (tais como, ambulâncias, remoções, guincho e assistência ao usuário), objeto dos contratos firmados pelo governo do Estado do Paraná com as 6 (seis) concessionárias do Anel de Integração, especificando, ano a ano, a obra, local (cidade e rodovia), extensão e objeto, até o término dos respectivos contratos.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

ELIO RUSCH

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 721/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Monteiro Lobato - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no municípios de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Monteiro Lobato - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê - PR, à Rua Andirá, 565 - Jardim Curitiba, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 722/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o IPDC - Instituto de Proteção e Defesa dos Consumidores e Cidadãos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor, sociedade civil sem fins lucrativos, localizada nesta Capital, cujos objetivos são o de defender os direitos e legítimos interesses dos associados e cidadãos, promover a aplicação das leis que se referem à área, especialmente à Constituição Federal, orientar consumidores e cidadãos, representar seus associados junto aos órgãos, visando sua defesa, fomentar, desenvolver e financiar estudos e pesquisas sobre os direitos de consumidores e cidadãos, promover eventos para divulgação e conscientização dos direitos de consumidores e cidadãos.

Dentro destes objetivos, o IPDC vem desenvolvendo várias atividades, conforme consta de seu relatório de atividades, o que credencia o instituto como um instrumento imprescindível na luta do cidadão pelos seus direitos como consumidor.

Pela especificidade de suas atividades, sempre voltadas ao cidadão e ao consumidor, e pela documentação apresentada, solicitamos a declaração de Utilidade Pública do IPDC.

PROJETO DE LEI Nº 723/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, de interromper a continuidade dos serviços aos consumidores residenciais, inadimplentes, às sextas-feiras, sábados e domingos e nas datas que por determinação civil ou religiosa forem suspensos os serviços bancários e em suas vésperas.

Art. 2º - Fica proibida a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, quando da suspensão do fornecimento de energia elétrica a consumidores inadimplentes, a retirada do relógio/medidor, bem como o corte do respectivo serviço na rede externa (calçada/poste/ via pública), devendo o mesmo, tão somente, acontecer no próprio medidor, desta forma atendendo a prerrogativas do Código de Defesa do Consumidor, que especifica em seu artigo 42 - "...o consumidor não será exposto a ridi-

culo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ao ameaça”.

Art. 3º - A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, deverá, através de campanha de Utilidade Pública, informar com clareza, as normas de suspensão do serviço de energia elétrica para o consumidor em inadimplência, determinando quantas são as parcelas e por quanto tempo podem permanecer em atraso de pagamento; bem como, determinar, depois de observados os prazos estipulados, em quanto tempo o serviço será suspenso.

Art. 4º - Fica proibido também que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, aplique, como multa punitiva, taxa de religação do serviço, para posterior fornecimento do mesmo, exceto por um prazo igual ou superior a 90 dias transcorridos de sua suspensão.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A concessão de serviços públicos às empresas da iniciativa privada transformou o entendimento do caráter desses serviços.

O caso se deu, por exemplo, com a distribuição de energia elétrica. A concessão à iniciativa privada “esvaziou” o significado de conceitos como “bem público”, “utilidade pública” e “interesse público”, outrora tão frequentes nas discussões acerca do planejamento desses serviços.

A compreensão que se instalou é a da distribuição do serviço submetido as leis de mercado, ou seja, da energia elétrica transformada em mercadoria.

O peso da mão invisível se sente não só pelo desequilíbrio entre oferta e procura, mas pela situação que determina que somente os detentores de capital gozarão do bem estar proporcionado pela energia elétrica.

Aos menos favorecidos, a imensa maioria da população paranaense, considerando o baixo poder aquisitivo, resta a extorsão em que se configuram as tarifas e taxas de serviços exorbitantes ou, o retorno às lamparinas e luz de vela.

Acreditamos também, que tal proposição está em consonância com a política social do Governo do Estado, que com a aprovação desta Casa aprovou e esta implantando o projeto “Luz Fraterna”, beneficiando famílias carentes no Estado. Desta forma, estaremos estendendo o benefício a toda população, garantindo o soberano direito da cidadania.

Atualmente o que se verifica é que a suspensão da distribuição transcende as relações comerciais e adquire um aspecto punitivo. Em muitos casos, os cortes são efetuados nas sextas-feiras ou em vésperas de feriados, justamente quando a população permanece mais tempo em suas residências.

A suspensão, realizada desta forma, leva o usuário a uma situação limite. Constrangido, poderá aguardar o término do feriado ou fim de semana para então, com o funcionamento dos bancos e redes serviços públicos, pagar o débito e solicitar que seja religada sua de energia.

Outra alternativa é, possuindo recursos, quitar sua dívida em lojas de conveniência durante o feriado (ou fim de semana) e então solicitar uma “religação de urgência” pela qual pagará elevada taxa.

A mais perigosa das alternativas é, infelizmente, uma das mais recorrentes. Trata-se da tentativa de restabelecer sua conexão com a rede distribuidora sem o consentimento da empresa e sem o serviço técnico da mesma, colocando a sua vida (e de outros) em risco.

Somos partidários de que o atual Código de Defesa do Consumidor estabelece a obrigação da continuidade dos serviços essenciais à vida (como a energia elétrica), mas infelizmente, a lei tem interpretações diversas.

Entretanto, enquanto não se estabelece o entendimento de que a energia elétrica é direito de cidadania, seguimos perseguindo disposições que protejam os consumidores.

A presente proposição visa alterar a política de cortes da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, harmonizando as relações entre usuários e empresas, estabelecendo regras claras que incorporem o princípio da essencialidade da energia elétrica, garantindo que a suspensão só ocorra em períodos em que os usuários possam rapidamente restabelecer seu vínculo à empresa, bem como ato proibitivo de dupla punição e a exposição pública que é condicionado o consumidor que não pode cumprir sua obrigação.

Diante da atual situação, solicito o apoio dos nobres deputados para a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 724/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Sanepar de interromper a continuidade dos serviços aos consumidores residenciais, inadimplentes, as sextas-feiras, sábados, domingos e nas datas que por determinação civil ou religiosa forem suspensos os serviços bancários e em suas vésperas.

Art. 2º - Fica proibido a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Sanepar, quando da suspensão do fornecimento de água a consumidores

inadimplentes, de retirar o Cavalete e Hidrômetro na respectiva suspensão de serviço.

Art. 3º - A Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Sanepar, deverá, através de Campanha de utilidade Pública, informar com clareza, as normas de suspensão do serviço de abastecimento de água para o consumidor em inadimplência, determinando quantas são as parcelas e por quanto tempo podem permanecer em atraso de pagamento; bem como, determinar, após observados os prazos estipulados, em quanto tempo o serviço será suspenso.

Art. 4º - Fica proibido também, que a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Sanepar, aplique como multa punitiva, taxa de religação do serviço suspenso por falta de pagamento, para posterior fornecimento do mesmo, exceto por um prazo igual ou superior a 90 dias transcorridos de sua suspensão.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A água é um bem essencial à vida. Desta composição química não prescinde nenhum dos seres vivos. A humanidade mesmo só se viabilizou porque procurou estar próxima das grandes fontes do elemento e assim surgiram as grandes e primeiras civilizações.

Ainda que seu consumo condicione a vida, na atualidade a água tornou-se uma mercadoria, significando que a ela só podem ter acesso aqueles que possuam capital para adquiri-la.

Somos partidários de que o atual Código de Defesa do Consumidor estabelece as obrigações da continuidade dos serviços essenciais à vida (como o abastecimento de água), e que isso está implícito ao consumo da água, mas, infelizmente, a lei tem interpretações diversas.

A presente proposição visa alterar a política de cortes da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - Sanepar. Os relatos são inúmeros e as queixas se repetem. Variam na dramaticidade; ora são donas de casa, ora desempregados, mas a situação atinge também profissionais liberais ou funcionários públicos.

Trata-se do torpe método de pressão, e neste caso, dupla punição, ferindo também o Código de Defesa do Consumidor, implementada pela Sanepar quando da interrupção no fornecimento de água potável aos consumidores residenciais, por inadimplência, a retirada do cavalete e a posterior cobrança das tarifas em atraso e taxa de religação.

Não raro os cortes são efetuados em vésperas de feriados aí incluídas as sextas-feiras. Normalmente são três as situações criadas: 1) desprevenido e sem recursos o consumidor "aceita" a suspensão e aguarda até o restabelecimento das atividades da empresa e dos bancos para efetuar o pagamento e religar-se a rede de água; 2) em condições de quitar o seu débito ele o faz em lojas de conveniência (durante o feriado), solicitando "religação de urgência", submetendo-se a uma taxa especial para o serviço, e 3) não possuindo recursos e não aceitando a imposição arbitrária, restabelece ele mesmo a conexão de sua residência à rede, incorrendo em "crime".

A suspensão do fornecimento de água na véspera ou nos feriados funciona, ainda que não de forma declarada, como um mecanismo de pressão aos consumidores. A leitura que o cidadão comum faz é de que está sendo punido pela inadimplência, visto que nos feriados e finais de semana são justamente os dias em que a população mais permanece em seus lares.

Outra situação criada é que muitos dependem de transações ou operações bancárias para poderem saldar suas dívidas. Também é importante observar que muitas vezes os pagamentos não se processam em bancos tendo como consequência a não comunicação à empresa, do pagamento efetuado, e isto ocorrendo nas datas mencionadas, dificultam e impedem o restabelecimento do serviço.

O presente projeto de lei visa harmonizar a relação usuário empresa, estabelecendo regras claras que incorporem o princípio da essencialidade da água, garantindo que a suspensão do abastecimento só ocorra em períodos em que os usuários possam, rapidamente restabelecer seu vínculo à empresa, bem como, suspender a dupla punição atualmente aplicada.

Diante da atual situação, solicito o apoio dos nobres deputados para a aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 725/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* e acrescido parágrafos e incisos ao artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Lei Florestal do Estado:

"Art. 7º - As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses do proprietário rural, segundo as seguintes alternativas:

I - dentro da mesma microbacia;

II - dentro da mesma bacia hidrográfica;

III - em condomínios florestais privados ou públicos.

§ 1º - Caberá ao governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos, em ordem de prioridade:

I - em áreas de baixa aptidão agrícola que se encontrem degradados, para fins de recomposição ambiental;

II - em áreas extensivas de grande importância ecológica;

III - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das áreas de grande importância ecológica.

§ 2º - Poderão os proprietários de áreas florestais de grande importância ecológica constituir condomínios florestais privados.

§ 3º - Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal, que serão vendidas aos interessados em verbal reservas florestais legais nestes condomínios.

§ 4º - A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de encaminhar para análise e deliberação deste Parlamento, uma proposta que objetiva alterar o artigo 7º, da Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 2003, conhecida como Lei Florestal do Estado do Paraná.

Antes da presente proposta, não havia conceituação do que seja floresta incluso todas as demais formas nativas de vegetação, com vistas à constituição de uma “Reserva Legal”.

Procuramos suprir tal lacuna, disciplinando sobre os requisitos mínimos necessários para que existam áreas protegidas de grandes florestas de imperativa importância ecológica para a formação de condomínios florestais públicos e privados, visando a restauração do ecossistema original.

Pela presente proposta de sistematização da efetivação das reservas legais nas diferentes propriedades rurais do nosso Estado, tem-se em nossa opinião, uma deficiente ferramenta de preservação ambiental.

O meio ambiente deve ser entendido como um sistema integrado, vivo e dinâmico. É preciso que se atente para o fato de que como um organismo vivo, a viabilidade de sua existência depende de alguns fatores que devem ser necessariamente observados.

Quando nos referimos à viabilidade das áreas de reserva legal, é sob o foco do cumprimento de sua finalidade, que é de conservar e reabilitar os processos ecológicos, conservar a biodiversidade e abrigar e proteger a fauna e flora nativas.

Com relação à viabilidade, é importante enfatizar que esta pode ser plena, parcial ou inviável.

Entendemos como reserva legal plena, aquela área onde os objetivos de preservação foram atingidos.

Vale observar que não basta que alguns indivíduos sejam “encontrados”. Estes somente terão sua preservação garantida se forem satisfeitas condições básicas como um número mínimo de indivíduos que contenham uma adequada variabilidade genética, assim como um ambiente adequado que dê condições de sustentação a esta biota.

Somente se existir uma área mínima que forneça o alimento e permita a manutenção da diversidade, através do não cruzamento com parentais esta sustentação poderá acontecer.

É certo que certos espaços de preservação, pelo tamanho que possuem, não viabilizam a existência de todos esses fatores. Temos assim, áreas de reserva legal parcialmente eficientes.

Por fim, temos áreas onde, devido ao seu tamanho ínfimo, é descartada qualquer possibilidade de preservação. Estas áreas tornam-se verdadeiros “tufos de vegetação”, sem qualquer importância ecológica.

Além da inviabilidade desta reserva pelos fatores anteriormente citados, temos outro agravante chamado “efeito de borda”. Isto diz respeito à dinâmica biológica e física do fragmento florestal. Pela interferência de fatores externos como a maior incidência solar, maior intensidade dos ventos, trânsito de máquinas, deriva de defensivos agrícolas; e de fatores internos como a competição interespecífica e a interferência na renovação das espécies, temos que fragmentos menores “definham” mais rapidamente que fragmentos maiores. Temos daí as reservas legais inviáveis.

Utilizando a razão e o bom senso, é fácil concluir que a simples exigência da averbação de 20% da área total de cada propriedade rural como reserva legal não pode ser o objetivo de nenhum programa sério de preservação da biodiversidade.

Analisando a realidade da ocupação territorial do Estado do Paraná, percebe-se que abundam pequenas propriedades, cuja maioria das reservas legais estaria inserida neste último contexto de reservas inviáveis.

É necessária uma atitude positiva em relação ao assunto para que não tenhamos 20% da área do Estado averbada como reserva legal, sem, no entanto, cumprir a função para a qual foi criada.

Pelo exposto, temos a certeza que a criação de condomínios de preservação, tanto a nível público com privado, é a solução ideal.

A eficiência de um projeto preservacionista, passa também pela sua viabilidade econômica e social.

Nada mais agradável ao produtor rural do que preservar a natureza, sem no entanto sofrer grave impacto sobre a viabilidade econômica de sua atividade, diga-se de passagem, tão sofrida.

A implantação da reserva legal, do modo como está disposta, implicará no Estado uma perda de área de 1,7 milhões de hectares, o que corresponde a uma perda de 3 bilhões de reais por ano no Valor Bruto de Produção do Estado.

Esta perda se reveste de maior importância se observarmos, mais uma vez, que as propriedades rurais do Paraná são em média, pequenas.

Vejamos nas tabelas a seguir, como se daria este impacto na economia agrícola paranaense.

Tabela 1 - Perda de área plantada por cultura no Estado do Paraná, abandono de 20% das áreas produtivas.

Produto	Área Plantada (ha)	Perda de 20% (RL)
Soja	3.278.394	655.679
Milho	1.506.747	301.349
Café	130.782	26.156
Feijão	388.953	77.791
Trigo	1.076.363	215.273
Cevada	51.395	10.279
Cana-de-Açúcar	356.891	71.378
Aveia preta	142.031	28.406
Fumo	39.095	7.819
Mandioca	157.837	31.567
Subtotal	6.789.525	1.425.698
Outras culturas	1.772.056	354.411
TOTAL	8.561.581	1.712.316

Fonte: SEAB/Deral, 2003 - safra 2001/2002

As culturas possuem rentabilidade diferenciada e a supressão da área plantada impacta de modo diverso os diferentes agricultores. Por exemplo, o agricultor que planta soja, sofrerá menos na perda de 1 hectare do que um outro que cultivar feijão ou fumo.

Tabela 2 - Perda de produção por cultura no Estado do Paraná com abandono de 20% das áreas produtivas.

Produto	Produção (ton.)	Perda de 20% (RL)
Soja	9.381.663	1.876.333
Milho	7.563.628	1.512.726
Café	145.260	29.052

Tabela 2 - Perda de produção por cultura no Estado do Paraná com abandono de 20% das áreas produtivas.

Produto	Produção (ton.)	Perda de 20% (RL)
Feijão	452.210	90.442
Trigo	1.583.328	316.666
Cevada	73.262	14.652
Cana-de-Açúcar	28.121.971	5.624.394
Aveia preta	102.676	20.535
Fumo	77.026	15.405
Mandioca	3.427.062	685.412
Subtotal	47.321.322	10.185.617
Outras culturas	27.337.602	5.467.520
TOTAL	74.658.924	14.931.785

Fonte: SEAB/Deral, 2003 - safra 2001/2002

Devemos notar que a perda de 20% da receita é extremamente representativa para o Estado. O Paraná tem ainda como atividade importante em economia, a agropecuária.

Outro aspecto importante é que grande parte das áreas que deverão ser destinadas à reserva legal, são áreas com solos férteis e já em franca produção. O produtor, além de perder a sua área de produção atual, vê lesado também o seu investimento de décadas na correção dos solos para a produtividade.

Poderemos ter ainda, a depender da cultura focada, um desabastecimento ou no mínimo um transtorno da oferta ao mercado interno. Podendo talvez a importação se fazer necessária. É a transferência de capital do Estado a outra unidade da Federação.

Tabela 3 - Perda no Valor Bruto da Produção - VBP por cultura no Estado com o abandono de 20% das áreas produtivas.

Produto	VBP (R\$)	Perda de 20% (RL)
Soja	2.741.000.000,00	548.200.000,00
Milho	1.805.800.000,00	361.160.000,00
Café	38.400.000,00	7.680.000,00
Feijão	309.700.000,00	61.940.000,00
Trigo	517.200.000,00	103.440.000,00
Cevada	17.100.000,00	3.420.000,00

Tabela 3 - Perda no Valor Bruto da Produção - VBP por cultura no Estado com o abandono de 20% das áreas produtivas.

Produto	VBP (R\$)	Perda de 20% (RL)
Cana-de-açúcar	572.100.000,00	114.420.000,00
Aveia preta	22.480.073,00	4.496.014,60
Fumo	147.700.000,00	29.540.000,00
Mandioca	198.700.000,00	39.740.000,00
Subtotal	6.001.300.000,00	1.200.260.000,00
Outras culturas	8.661.900.000,00	1.732.380.000,00
VBP TOTAL	14.663.200.000,00	2.932.640.000,00

Fonte: SEAB/Deral, 2003 - safra 2001/2002

Nenhuma economia, de nenhum Estado brasileiro, está em condições de perder um valor como o estimado acima. A perda desta receita poderia acarretar em um efeito dominó. Empregos diretos e indiretos sumiram. A crise se agravaria, pois muitas pessoas com qualificação no setor agrícola teriam dificuldades em se realocar em outros setores produtivos.

Devemos também observar outro aspecto. Suponhamos uma propriedade que tenha um percentual de área de preservação permanente de 15% de sua área total, somados à área de reserva legal, teria-se 35% do total da propriedade gravado como de área de preservação. Outra propriedade que não necessite de área de preservação permanente, seria obrigada por lei a ter somente os 20% da reserva legal.

Vemos neste fato uma distorção, uma falta de isonomia, pois temos alguns disponibilizando maior área de sua propriedade em relação a outro proprietário. Não há isonomia na disponibilização de área particular com o intuito de preservação ambiental.

Neste sentido, através da presente proposição legislativa, objetivamos regulamentar, impondo preceitos modernos e imperativos para que possamos transformar florestas e demais formas nativas de vegetação em reservas legais, através de condomínios florestais públicos e privados, iniciativa à qual conclamamos todos os nobres pares desta Assembléia de deputados a procederem o devido apoio, por se tratar de matéria de elevadíssimo alcance em benefício não só de toda a população do Estado do Paraná, mas da humanidade, pois são indubitavelmente propostas desta natureza, que unidas, reiteradas

e respeitadas, poderão corroborar para o desenvolvimento sustentável do ecossistema do planeta.

PROJETO DE LEI Nº 726/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos ou rurais, que ampliem suas atividades produtivas estendendo-as para o período noturno, será fornecida energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para esses consumidores no período diurno, respeitada a legislação federal vigente.

Parágrafo Único - A redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da presente proposta legislativa deve-se à necessidade de criação de mecanismos de estímulo ao crescimento da produção industrial, do movimento comercial e da prestação de serviços, gerando o aumento de riquezas, a ampliação da oferta de empregos e conseqüentemente, melhorando o PIB do nosso Estado.

Como é sabido o custo da energia elétrica é fator significativo na composição dos custos tanto da indústria, como do comércio quanto das prestações de serviços, portanto o estímulo ao aumento produtivo em horários de baixa demanda de energia, quando, em tese, inexistente o risco de falência do sistema é um adequado e econômico instrumento de incentivo para a economia paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente está reservado para o deputado Neivo Beraldin.

No Pequeno Expediente, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente e senhores deputados:

O que nos traz à tribuna hoje é que, na verdade, nós iríamos falar sobre um pedido de informações que fizemos na Assembléia Legislativa e na verdade nós não tivemos a resposta desejada. Mas sobre essa questão, senhor presidente, falarei semana que vem, já que o assunto requer um espaço um pouco mais alongado e como o deputado Neivo Beraldin está inscrito no grande Expediente, solicito ao presidente que me inscreva para

segunda-feira no Grande Expediente. Faça essa solicitação para que possa falar no Grande Expediente de segunda-feira, na próxima Sessão.

Mas, já que vim à tribuna senhores deputados, falarei sobre um outro assunto, aliás, um assunto amplamente debatido e que toda a sociedade do Paraná está ansiosa para saber o que vai acontecer com as promessas feitas no período eleitoral, principalmente na questão do pedágio. A não ser que eu esteja enganado e a informação que eu tenha recebido não corresponda com a realidade, mas eu acredito que sim, fui informado agora há pouco que o governador do Estado, neste momento, está reunido no Palácio Iguaçu com algumas empresas, para reduzir o custo do pedágio no Estado do Paraná.

Muito bem! Primeiro, temos que entender o que é o pedágio e o que foi falado no Estado do Paraná. Alguém disse que iria acabar com o pedágio, depois, disse que iria reduzir o seu custo e depois que o pedágio não aumenta. E parece-me que hoje chegou o dia de assinar um acordo com algumas concessionárias que operam algumas rodovias do nosso Estado e, segundo informações, haverá uma redução no custo do pedágio no Estado do Paraná.

Pois bem! O que queremos saber agora, senhor presidente e senhores deputados, é se o pedágio vai única e exclusivamente reduzir ou eles vão retirar os investimentos. Ora, alguém disse que o pedágio é um roubo, que o pedágio custa muito caro, mas, se é um roubo, ele tem que reduzir o seu custo do pedágio, e não pode retirar investimentos previstos no contrato. Logo, se ele fizer isso, não haverá redução no custo do pedágio mas haverá redução de investimentos e benefícios às pessoas que utilizam essas rodovias! E poderíamos até dizer o seguinte: um litro de gasolina a dois reais é muito caro; está bom, então vamos reduzir o custo e cobrar apenas um real e cinquenta centavos, mas você não vai mais receber 1000 mililitros, você vai receber apenas 700 mililitros. Então, não houve redução no custo do combustível, mas houve redução no frasco de combustível que você compra! Se você diz que o pedágio é um roubo, você tem que reduzir o custo do pedágio e manter todos os investimentos e serviços previstos no contrato original, caso contrário nós estaremos enganando a sociedade do Paraná - ou dizer que quando nós afirmamos que o pedágio é um roubo, isso não corresponde com a verdade!

Vamos ver o que vai acontecer na tarde de hoje e nos dias seguintes. Vamos ver se realmente reduz-se o custo do pedágio. Espera-se que o governador consiga reduzir o custo, mantenha todas as duplicações previstas no contrato original, os contornos que devem ser construídos. O serviço oferecido, ou seja, de guincho, de médico, da construção das passarelas, dos trevos e das terceiras pistas, tudo isso, deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi secretário de Estado do Paraná, aliás, muito bem desempenhado por V. Exa. a função de secretário, esperamos que o governador do Estado do Paraná real-

mente cumpra com aquilo que ele falou: Eu vou reduzir o custo do pedágio, mas mantêm-se todos os investimentos.

Caso contrário, não passa de um blefe e de mais uma enganação em cima da sociedade do Estado do Paraná.

Seria isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Em verdade, eu queria neste momento, antes de iniciar o meu pronunciamento - li hoje nos jornais que o governador não vai repassar cem mil reais e nem as ambulâncias para os deputados. Acho certo, porque os deputados têm que fazer bem feito o poder do Legislativo, e ele tem que fazer bem feito o poder do Executivo.

Eu queria fazer um breve relato, porque não vou cansá-los, em ler os principais pontos que ocasionaram o furo do Banestado, das operações de créditos concedidas irregularmente pelo Banestado e empresas paranaenses. Uma análise do Banco Central sob a sua ótica, das irregularidades cometidas. Do empréstimo conquistado pelo Estado do Paraná junto à União, de 5,6 bilhões de reais, com uma prestação hoje de 47 milhões de reais, por mês. A última prestação vencerá em março de 2029. Pagamos até aqui, perto de dois bilhões e duzentos milhões de reais de prestação e demos o Banco na ordem de um bilhão e seiscentos milhões reais. Irregularidades na Banestado Leasing, que apresentou um prejuízo de mais de 660 milhões de reais. Esse prejuízo, evidentemente, na terça-feira, será levado ao Ministério Público, para que esse possa promover ação cabível caso a caso.

Também procurei os dez principais pontos, para que a população e os senhores deputados tenham conhecimento, mais próximo do relatório que será remetido e que foi lido, aqui, parte, pelo nosso relator, deputado Braddock. Irregularidades cometidas na Banestado Corretora. Essa Banestado Corretora teve um prejuízo de mais de 300 milhões de reais. Os principais causadores dos prejuízos da Banestado Corretora - poderíamos citar financiamento de títulos para a Divalpar; financiamento de títulos para a Essex; aquisição de CDB da Crefisul; aquisição de Debêntures da Crefisul Leasing; aquisição de debêntures da Cidadela; aquisição de debêntures da Teka, enfim, uma série de irregularidades, ocasionando um prejuízo de mais de 300 milhões de reais que, é preciso dizer, sempre é o povo que está pagando, embora não tenha participado de empréstimo no Banco, mas como o empréstimo foi concedido para o Estado, o Estado socializou o prejuízo, então paga a população com a falta de recursos na área da saúde, educação, segurança e saneamento básico.

A questão da omissão do Banco Central do Brasil, como agente regulador do sistema financeiro nacional, deveria ter decretado a intervenção no Banestado, e aí

teria dado um prejuízo para o Estado, a menos, de dois bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Neivo Beraldin, eu consulto se V. Exa. gostaria de continuar no Grande Expediente, já que era o último inscrito, depois eu volto ao Pequeno Expediente, porque inscrições chegaram agora, e V. Exa. não perde o raciocínio.

Então, V. Exa. já passa para o Grande Expediente e depois retornamos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Por que é que eu digo que o Banco Central, se tivesse agido no momento que o Banco do Estado apresentou um passivo de 2,6 bilhões de reais a descoberto, teria o Paraná economizado 2 bilhões de reais no financiamento.

Então, como o Banco Central não fez o seu dever de casa, já comprovado pelos próprios documentos do Banco Central, o Paraná tem instrumentos suficientes nas mãos para negociar com o Governo Federal o abate da dívida contraída ou o alongamento da dívida ou uma ação que por certo o Estado vai conquistar a vitória da Justiça, porque afinal o Banco Central foi partícipe dessa quebra do Banco público, Banco do Estado do Paraná. Quando é um Banco privado, isso não pode acontecer, porque aí ele sabe que tem a responsabilidade. Quando é público, se deixa o governo assumir a responsabilidade, e quando é um governo irresponsável, socializa o prejuízo para a população.

Além do que, há um outro agravante que ao nosso ver fez com que o Banco Central fechasse os olhos com o furo do Banco do Estado, porque ele estava sendo beneficiado. A Caixa Econômica Federal recebia de juro, além do juro bancário, o juro quase 2% acima do valor de mercado.

Então, o Banco do Estado do Paraná pagou em torno de 800 milhões de reais de juros para a Caixa Econômica Federal e em torno de 221 milhões são cobranças lesivas, inaceitáveis, porque são acima de juro de mercado. A Caixa Econômica e o Banco Central fizeram o serviço de agiota com o Banco do Estado do Paraná. Fio uma festa que participaram os administradores do Banco, alguns, evidentemente, não podemos generalizar, com o conhecimento do secretário da Fazenda e também com o conhecimento do governador, todos da época, tendo em vista que o governador sempre tem as informações da situação econômica do Estado, diariamente, se ele é um governante presente nos assuntos de interesse da coletividade. E, evidentemente, tratou-se a questão Banestado de uma forma política, contraindo o empréstimo e esquecendo o critério técnico que era ser aquele de punir os responsáveis, os gestores do Banco público, o Banco do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao deputado José Maria Ferreira, enquanto eu me organizo aqui. Seus apartes são sempre para contribuir, tendo em vista que é um deputado presente.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. conduziu de forma firme e determinada a CPI do Banco do Estado do Paraná. Infelizmente eu não estava aqui no momento que V. Exa., juntamente com seu relator, apresentaram o relatório a esta Casa.

Agora, o que V. Exa. traz dos relatos e substratos do que foi o relatório é de extrema importância para a Casa, para que tenha conhecimento e que fique registrado nos Anais. Desde há muito esta Casa denunciou esta questão dos juros altos, do valor do que o Estado do Paraná teria pago, desembolsado, muito menos se as medidas saneadoras, através da divisão de fiscalização do Banco Central, tivesse acudido a tempo. Estava sentindo o Banco Central, porque tem todos os elementos, todos os dados, todas as informações em mãos, sabia que o Banco estava sendo depauperado, sabia que o Banco estava sendo fatiado e a fiscalização não fez nada! Chegaram a admitir, em depoimento ao Congresso Nacional, que tinha-se instalado na administração do Banco do Estado do Paraná uma verdadeira quadrilha, e não fez nada o Banco Central! Não procurou responsabilizar ninguém, não procurou punir, não procurou inclusive reverter aquilo que foi indevidamente subtraído do Banco do Estado!

V. Exa. tem toda razão que o Estado do Paraná precisa interpor uma ação remissiva contra a União, no sentido de reduzir o valor do débito que hoje temos, ou do principal ou dos parcelamentos, porque esse valor mensal que o Tesouro do Estado do Paraná recolhe, não diria nem que paga, porque se paga o que é devido, mas nós não reconhecemos esta dívida; recolhe ao Tesouro Nacional, é simplesmente asfixiante para a economia do Paraná, para nosso desenvolvimento, para os investimentos na infra-estrutura do nosso Estado.

Portanto, V. Exa. tem toda razão e tenho certeza tem o apoio de toda Assembléia para que nós tenhamos aí, num futuro bem próximo, de imediato, uma ação contra o Banco Central no sentido que possamos reaver ou recuperar parte daquilo que pela incompetência, a incúria do Governo Federal deixou-se manter como patrimônio público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado, deputado José Maria.

Evidentemente que temos uma história do Banco do Estado de 72 anos. Alguns dizem: "mas não foi simplesmente o governo dos últimos anos que deu este prejuízo ao Banco do Estado".

É verdade! É verdade, temos alguns passivos dos anos anteriores, mas como o Banco vinha se mantendo com balanço positivo e como o balanço era sempre equilibrado, não era razão, nunca, de se vender um banco público para a iniciativa privada com um prejuízo de 5 bilhões e 600 milhões de reais!

Quero, então, ler alguns tópicos da carta do governador Jaime Lerner em 1995. Uma carta confidencial de

5 de janeiro de 1995, V. Exa. conhece, mas se me permite, quero fazer com que os outros deputados conheçam. Carta confidencial encaminhada em 5 de janeiro de 1995 pelo então governador Jaime Lerner ao presidente do Banco Central, continha o plano de ajuste do Banestado. Na referida deixou-se claro que: “tratava-se de um Banco sólido e eficiente, e ainda uma situação favorável, que precisava ajustes nas novas condições econômicas em que vivia o País”.

Porém, o governador queria utilizar o Banco para o fomento da economia do Estado do Paraná, e aqui vem todo um compromisso do governador da época para este ajuste diante da nova realidade econômica que vinha o País, que era o Plano Real. Quer dizer: uma economia mais estável e menos inflacionária. Então, merecia naquele momento uma reordenação administrativa se readequando à nova realidade econômica e inflacionária do País. Tudo isso teria sido muito bonito, se tivesse sido cumprido por parte do Governo.

“Operações com as montadoras Renault e Audi...”. O Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) concedeu vários financiamentos à Renault do Brasil Automóveis S.A., no valor de 8 milhões, 742 e mais 70 centavos, para o pagamento em 10 anos contados da data da liberação dos créditos pelo valor nominal sem correção monetária, sem quaisquer juros.

Como o financiamento não contempla a cobrança de juros ou qualquer outro tipo de encargos e conforme preceitua a nossa Constituição um juro mínimo de 12% ao ano, foi dispensada a correção e o juro para a Audi Volkswagen, 137 milhões de reais para pagar num prazo de 26 anos fixos. Quando chegarmos no final de 26 anos, vamos chegar com um valor de 7 milhões de reais!

É ilegal, deputado José Maria e deputado Braddock, dar dinheiro público a uma empresa sem juros e sem correção! Porque, se deu para a Audi e para a Renault, por que não se deu para o povo, para micros e pequenas empresas? Então, é um negócio criminoso estabelecido por parte do governo, que evidentemente tem que ser ressaltado! Espero que o Ministério Público possa promover uma ação cível pública, cabível. A Renault teve a mesma sorte; teve 137 milhões de reais. Mas ainda, o Estado participou com 40% das ações. Só que o Estado não pode vender as ações sem consultar a Renault e nunca antes de 11 anos. Então, além de termos que falar da terraplanagem, do terreno, da luz, da água, da isenção fiscal, ainda se deu quase 300 milhões de reais à Renault e à Audi do Brasil sem juros e sem correção, isso é ilegal!

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Gostaria de me manifestar, apesar de não ter sido membro da CPI do Banestado, mas vi o brilhante serviço prestado por todos os membros desta CPI, e quero deixar registrado, que, infelizmente, tinha uma quadrilha e os responsáveis devem ser responsabilizados!

É impossível não acontecer nada e ninguém pagar por essa conta, que todos os paranaenses pagaram! E está muito claro no relatório e está devidamente colocado no relatório que existe a convivência de setores ligados ao setor político com o setor econômico dentro do Estado de grandes empresas, e isso infelizmente talvez não se apure de fato muitas vezes no momento certo, e só uma época depois se faz as investigações.

Então, está de parabéns esta Assembléia, esta Comissão por esse brilhante trabalho, e esperamos que seja feita justiça e os paranaenses saiam com menos prejuízo a médio e longo prazo.

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado, deputado Elton. Agradeço e acolho com satisfação o seu aparte.

Agência de fomento. Que agência de fomento do Paraná não possui um sistema eficaz que permite o controle das operações na cobrança dos créditos que estão lá na Carteira de Fomento?

Não vou cansá-los, mas na verdade, o Governo do Paraná, quando contraiu o empréstimo, foi no Banco do Estado e comprou 1 bilhão e meio de títulos por 1 bilhão e seiscentos e trinta e cinco milhões, quer dizer, valor de face, mais cento e trinta e cinco milhões!

Depois, no processo de saneamento, dividiram uma parte dos títulos que foram para o Itaú, na ordem de 1 bilhão e trezentos, e essa carteira de Fomento criada pelo Estado do Paraná tem a incumbência de receber esse valor em torno de 1 bilhão e meio de reais, que são quase sempre apadrinhados políticos. Foram parar exatamente na carteira de fomento porque tinham as costas largas, e muitos deixaram, o Banco deixou de cobrar durante 5, 6 meses o seu débito para o Banco do Estado, sabendo que quando o Banco fosse privatizado iriam para a carteira de fomento ou para o Rio Paraná, que é uma empresa que comprou os títulos do Itaú e pagariam muito menos pelo seu empréstimo!

Concedo um aparte ao nobre deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Neivo, na minha modesta opinião, acho que o governo do Estado e a imprensa deram uma cobertura extraordinária a esta CPI. Cobertura que digo é de valorização, realmente de prestar atenção naquilo que estava acontecendo, mas digo isso para dizer que essas coisas não acontecem gratuitamente.

Eu uso deste aparte apenas para dizer que, como companheiro de Partido de V. Exa., quero registrar a satisfação do PDT no Paraná hoje, de ter tido, através do mandato de V. Exa. o instrumento necessário para o esclarecimento de um assunto de tamanha importância para a população do Paraná e do Brasil.

Eu não tive oportunidade de fazer isso no dia em que V. Exa. prestou contas, que estava aqui o governador, que assinou inclusive uma lei de proposição desta CPI

votada pela Assembléia - isso não é pouco, é uma demonstração realmente de prestígio que teve o trabalho da CPI, então, acho que nós, em nome do nosso Partido - gostaria de fazer isso - que o Poder Legislativo está grato realmente com esse trabalho extraordinário que V. Exa., deputado Bradock e os demais membros desta CPI prestaram ao Paraná, ao fazer esse trabalho sério e extraordinariamente determinado para desvendar esta que é uma situação que todo Brasil gostaria de ver desnudada.

E eu sei que V. Exa. está preocupado ao fazer esse pronunciamento, também de que seja dada sequência, por parte da Justiça, em tudo aquilo que esta CPI levantou.

E é nosso papel colaborar para que V. Exa. tenha as forças legislativas e jurídicas necessárias para que o processo possa andar e realmente chegar ao resultado que a população do Paraná espera.

Parabéns a V. Exa. e a todos os membros da CPI.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, deputado Augustinho Zucchi.

Em verdade, conversava ontem com um assessor da Mesa, e ele me dizia que é a primeira vez que um governador do Estado vem à Assembléia sancionar uma lei, dentro do Legislativo! Isso se deve graças a todos os membros da CPI do Banestado.

Temos aqui a deputada Luciana Rafagnin, deputado Francisco Bühner, o relator, deputado Mário Bradock; deputado Waldyr Leite, deputado Miltinho Pupio, deputado Ailton Araújo - este, grande deputado e conselheiro que se revela como um grande deputado. E o conceito que eu tinha da deputada Luciana Rafagnin, agora se agrega a esses deputados que fizeram parte desta CPI: o deputado Waldir Leite e, sobretudo, o deputado Ailton Araújo, porque sempre foi um deputado presente e dando seus conselhos de como deveriam acontecer as audiências públicas e tal.

Em verdade, o que aconteceu com essa sanção foi o seguinte: o Banco que ganhou a concorrência para avaliar o Banestado chamado Banco Fator e o Banco CCF Brasil que agora é HSBC, recomendaram ao governo da época que colocasse no edital de concorrência, a exclusividade para o Banco adquirente, cinco anos de exclusividade do dinheiro público do Paraná - do Estado e das prefeituras, dinheiro público do Estado. Isso não é pouco, isso é muito, isso é em torno de 12 bilhões de reais do Orçamento do Estado, mais todas as empresas de economia mista.

Então, o Banco teve uma conquista extraordinária em termos econômicos e, na verdade, a Constituição Federal e a Constituição Estadual estabelecem que para se depositar dinheiro público deve, o bom governante, depositar num Banco público. Ou, do contrário, que seja feita uma concorrência pública, porque um Banco pode oferecer mais vantagens para o Estado do que outro Banco, ou, também, para aqueles que pagam seus impostos e aqueles que recebem seus proventos através do seu salário, dos seus empregos.

Quero dizer que vim a esta tribuna, hoje impulsionado por uma matéria que vi e que ouvi na CBN, quando estava vindo para cá. O que acontece com as CPI's? Quando se encerra uma CPI a população tem uma nítida impressão que tudo parou e tudo virou pizza. Essa é a forma mais simplista de se vender um resultado do Legislativo.

É verdade que nós, do Legislativo, temos que fazer uma *mea culpa* por não exercer, exatamente, a função atribuída na plenitude, a fiscalização do Poder Executivo, do Poder Judiciário - que é atribuição do Legislativo -, e, às vezes, ou quase sempre o governo constitui a maioria, e essa maioria acaba sendo a verdade do governador e o povo perde então o seu deputado e vira o deputado eleito pelo povo, o deputado governador.

Essa regra é comum no Brasil, temos que mudar o sistema político brasileiro, que inverter essa situação, diminuindo o número de Partidos, estabelecendo a fidelidade partidária, enfim, uma série de mudanças na nossa política nacional. Se a reforma tributária é importante, a previdenciária é importante, mas a reforma política é fundamental neste país, sem ela não vamos ter estabelecida a regra principal de fazer bem feito aquilo que se faz, sobretudo quando se trata de fiscalizar.

E aí o deputado Augustinho Zucchi dizia da fiscalização: "Qual o poder da CPI? "O nosso poder é pleno em investigação! Podemos investigar, rigorosamente, tudo, baseado na Lei 105 e, portanto, já reconhecida pela primeira vez, aliás, pela Segunda Vara Criminal Federal, que remeteu ao Ministério Público uma consulta sobre um determinado procedimento da CPI aqui na Assembléia Legislativa. O Ministério Público Federal, disse que não há necessidade de consultar, porque a CPI tem poderes próprios de quebra de sigilo bancário e fiscal de quem quer que seja. Foi assim que quebramos o sigilo bancário e fiscal do Banco Central, para agilidade. Solicitamos ao brilhante juiz da 2ª Vara Federal de Curitiba Dr. Sérgio Moro, que nos deu amparo, para que os Bancos nos entregassem meio magnético, para facilitar o nosso trabalho.

Mas em verdade, fico mais de uma vez provado. Quebramos o sigilo bancário de 17 ex-diretores do Banco, bancário e fiscal. Quebramos o sigilo bancário e fiscal de 14 maiores empresas do Estado. Quebramos o sigilo bancário do Banco Itaú, da Carteira de Fomento, da Rio-Paraná, enfim, é verdade, o deputado Bradock sabe muito bem, que para fazer a CPI, para concluir o caso Banestado, precisaríamos de mais tempo. Mas o tempo que nos foi dado, trabalhos com uma equipe multidisciplinar, essa foi a primeira grande virtude dessa CPI, constituir um corpo técnico bastante competente, para analisar os documentos, tanto contábeis, quanto jurídicos.

Enfim, uma equipe multidisciplinar, que nós temos que só agradecer aos deputados-membros da CPI em confiar nessa equipe como assessoramento capaz de evidenciar as falcatruas que ocorreram dentro do Banco do Estado do Paraná, que não me canso de dizer - essas fal-

catruas, esse prejuízo ficará até março de 2029. São 47 milhões de reais por mês, que o povo lá do bairro, aquele cidadão que nunca entrou num banco para contrair mil reais de empréstimo de um Banco! Nem sabe como fazer um cadastro para contrair um empréstimo! Aquele que nunca se envolveu com Banco nenhum, este é que está pagando, porque ele não tem segurança pública, porque tem 47 milhões de reais por mês para pagar até março de 2029!

Então, acho que isso é bastante suficiente para que esta Casa se levante na defesa da ética e da moral, na defesa dos bons costumes. E o governador Requião, vindo a esta Casa, sancionando essa lei de iniciativa da CPI, deu demonstração suficiente que quer encampar essa “parada”, e evidentemente encampando com o rigor e com o amparo do Poder Legislativo e com a sociedade organizada, vamos conseguir fazer com que o Banco Central devolva ao povo do Paraná, aquilo que é do povo do Paraná.

No caso da privatização do Banco, para não me alongar, aqui credenciaram um Banco chamado CCF Brasil, que hoje é HSBC, sem ter a certidão da CNPJ. O Banco não tinha, na hora que abriu o envelope, uma concorrência pública, envelope fechado. Se você abre um envelope e não estão as credenciais que a legislação determina, você tem que desclassificar esse concorrente. Não foi feito assim! Foi feito “vistas grossas”! Aí foi o engenheiro mecânico avaliando os nossos prédios do Banco do Estado em Curitiba, avaliando as fazendas que o Banco possuía, de 1.500 imóveis, imóveis de uso e de não uso, foi feito um pacotão, e imóveis aqui em Curitiba, imóveis do Banco do Estado do Paraná, fruto de 72 anos de história, de tradição e de trabalho do povo, imóveis avaliados sempre com critério em prejuízo da sociedade!

Então, a marca Banestado, a tradição, a sua história, também não foi possível ser contemplada com um ganho; foi simplesmente avaliar o Banco do Estado do Paraná em 434 milhões de reais, com imóveis, com títulos a receber, com sua história, com tudo. Se naquele dia do leilão tivesse aparecido alguém dando o teto máxima de 435 milhões de reais, levava o Banco! Levava o Banco saneado! Enxuto! Quando pegaram dinheiro para sanear o Banco, investiram nas reformas das agências, fizeram curso para profissionalizar os funcionários, gastando quase 5 milhões, aqui, no litoral do Paraná! Modernização o setor de informática do Banco, reformaram as agências, para quê? Para entregar ao banco adquirente, o banco privado!

Em verdade, deputado Stica, quando falo deste assunto, fico até certo ponto emocionado, porque a gente sabe que a população não tem estas informações. A gente sabe que trabalha contra uma situação do País, em termos de credibilidade, quando se trata de CPI e quando se trata de Parlamento. mas nós temos, aqui dentro deste Poder, nossa obrigação e missão de reverter esta situação. se hoje temos a CPI que eu presidia, a CPI do Banestado,

que esta eu assino embaixo, temos e vamos entregar ao Ministério Público, na terça-feira, o relatório de 1200 páginas com mais 80 mil páginas de anexos, temos que acompanhar o trabalho do Ministério Público e temos que acompanhar o trabalho da Justiça. E é esta Casa que tem este poder constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Voltando ao Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas, por 5 minutos.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Obrigado, senhor presidente, meu líder, Padre Paulo, do meu Partido.

Ontem não estive presente à Sessão; estive em Brasília, tratando de assuntos relativos ao ramal do gasoduto Brasil-Bolívia, uma importante obra, que é um sonho antigo do Paraná e que estamos numa articulação importante. Falava ao presidente da Assembleia, e falo agora ao Plenário, no sentido de nós estarmos, efetivamente, atuando nesta articulação.

Inicialmente, para informar, temos aqui os deputados José Maria, não sei se ainda está aqui; o deputado Marcos Isfer, que não está; o deputado Durval Amaral, da Comissão de Orçamento, informar que o Ministério Público Federal, sub-seção do Mato Grosso do Sul, mandou uma correspondência ao governo do PT, o Zeca do PT, meu Partido, solicitando que o mesmo faça uma revisão do seu orçamento de saúde, pois que segundo o Ministério Público Federal, segundo o Conselho Estadual de Saúde, o mesmo não estava cumprindo a Emenda Constitucional 29.

Portanto, este debate sobre a verba de saúde é um debate absolutamente - e deve ser - desapassionado, deve ser um debate de valorização das conferências da valorização dos Conselhos Estaduais de Saúde, a única forma de garantirmos transparência e democracia na utilização do recurso público em saúde.

Falava, portanto, de uma ação do Ministério Público Federal, e nós aguardamos, aqui no Paraná, que o Ministério se pronuncie a respeito deste tema. Quando instados a se pronunciar, não o fizemos por luta política, mas por entender que, se há uma Constituição e normas previstas, as mesmas devem valer para qualquer Estado, para o presidente da república e, também para nós outros deputados estaduais, membros ou não da Comissão de Orçamento.

Nós estamos na ante-véspera da votação do Orçamento e precisamos equacionar essa questão. É uma resposta que o Parlamento poderá dar ao Estado do Paraná, como poder independente do Estado.

Trago essa notícia, portanto, e trago também o desejo que, aqui no Paraná, o Ministério Público no Estado fale alguma coisa sobre esse tema. Porque são funcionários públicos pagos com o dinheiro do povo. O verdadeiro 4º Poder, conquista maior da nossa Constitui-

ção, que tem prestado, sem dúvida nenhuma, alguns serviços ao nosso Estado e à nossa Nação.

Aguardo e aguardamos o pronunciamento do Ministério Público do Estado.

Estivemos em Brasília também, conversamos com o procurador geral da República, e ele convocará os membros do Ministério Público, os procuradores gerais do Estado, para discutir o tema. Portanto, esse tema apenas começa a ser debatido. Também vi, pelo site e pelos jornais algumas críticas à política econômica do nosso Presidente Lula. Ou a política econômica ou a alguns temas específicos em relação a pedágio, aos transgênicos.

Quero aqui dizer, que a resposta a essas críticas, estão nas primeiras páginas dos jornais do Brasil e do mundo, quando um dos menores índices de risco Brasil, credibilidade internacional, sacrifício, pois que o crescimento há de vir, mas não havia outra saída senão readquirir a credibilidade internacional, que está lastreada, sem dúvida, na política internacional capitaneada pelo presidente Lula, que viaja hoje ou amanhã para o Oriente Médio, demonstrando uma mudança absoluta naquilo que se concebeu como política de relações internacionais. Isso dá credibilidade ao Brasil.

Dá credibilidade ao Brasil, também, fazer as reformas necessárias à equação do déficit público, também dá credibilidade, companheiros deputados, a um governo ter maioria no Congresso Nacional, a maioria na Câmara Federal e no Senado. A maioria construída à luz do dia, alianças políticas feitas antes da eleição no processo eleitoral, no segundo turno.

Não governaremos o país com irresponsabilidades, com medidas impensadas. E não teremos saída sem o comércio internacional, com todos os países do mundo, na África, na América do Sul, na China, na Índia e, também, com os Estados Unidos.

No momento, ganhamos uma batalha na Organização Mundial do Comércio, a Batalha do Aço, graças à persistência do governo brasileiro, de debater de forma autônoma, inclusive aliança com a Área de Livre Comércio das Américas - Alca.

Portanto, as respostas às críticas, vêm das primeiras páginas dos jornais com serenidade.

Estava em Brasília ontem e tive a oportunidade de visitar o Congresso Nacional. Falava com o Pastor Oliveira, com o deputado Haully, com o Paulo Bernardo, Irineu Colombo, Assis, deputados de Situação e Oposição. Quando conversávamos, naquele mesmo momento, chegou a notícia de que o governo liberava emendas parlamentares da ordem de 2 milhões e meio de reais. Estava com o prefeito Nedson, e lá todos perguntaram, volto a dizer, deputados de Oposição e de Situação, o que a prefeitura de Londrina gostaria de ver liberado naquele momento dos projetos já colocados nas emendas parlamentares. À luz do dia repassando recursos para o Paraná. Somando deputados de Oposição e Situação na ordem de 70 milhões de reais.

É de se perguntar se o governador, os deputados deste Estado se gostamos ou não gostamos quando acontece tal evento que está previsto na Constituição e no Regimento Interno da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas. Volto a dizer Situação e Oposição vendo suas emendas parlamentares sendo liberadas para o bem do Paraná.

É assim que funciona a democracia. É assim que funciona o Estado: com responsabilidade, com serenidade, com tranquilidade, no bom relacionamento entre os Poderes, onde cada um cumpre a sua parte, com independência, com dignidade para o bem da democracia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PMDB.

(Declinam).

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O governador Roberto Requião hoje está concluindo um período importante de seu governo. Acaba de assinar um contrato com uma das concessionárias do Anel de Integração reduzindo drasticamente o pedágio no Estado do Paraná, reduzindo e criando uma nova metodologia de pedágio no nosso Estado, para que jamais no Paraná se cobre o pedágio mais caro do mundo.

Por isso, quero louvar aqui a determinação do governador Roberto Requião, da sua equipe de governo, que incansavelmente, buscou uma solução para este que é um dos mais graves problemas do nosso Estado - o pedágio. Terrível e perverso, cruel, que massacra a nossa economia, o nosso setor produtivo e a nossa comunidade como um todo.

Nós sempre acreditamos na determinação do governador Roberto Requião. Sempre confiamos na sua posição lúcida e clara de lutar em favor dos sentimentos do povo do Paraná.

Foi apenas o início desse processo de grande modificação. Hoje foi acertado a redução do pedágio do lote da concessionária Caminhos do Paraná que, se implantado, o aumento autorizado pela Justiça, podemos comemorar uma redução de 63,6% em média na tarifa do pedágio. Uma vitória do povo do Estado do Paraná e que, com certeza, terá prosseguimento, desbobrimento a partir de amanhã e nos próximos dias, quando o governador Requião estará sentado com outras concessionárias que entenderam que não é mais possível permitir um pedágio pela hora da morte como estamos verificando no Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Nós assistimos esse desfecho, e naturalmente que não foi o governador Requião o grande beneficiário dessa mara-

vilhosa vitória, e sim o, povo do Paraná, e sim, a nossa economia e todos nós que estamos percebendo que o bom senso está prevalecendo. A competência administrativa, a firmeza, o arrojo, a determinação, a seriedade do governador Requião e de toda sua equipe aos poucos está escrevendo uma nova história neste Estado. É assim em relação à Copel, em relação à Sanepar, à educação no nosso Estado, à saúde, ao pedágio, e assim será em relação ao Paraná como um todo.

Motivos de sobra nós já temos para comemorar os avanços que estamos verificando no Paraná, mas, mais motivos ainda teremos aqui para frente, quando as coisas acontecerem cabalmente, como hoje verificamos e assistimos no Palácio Iguaçu o governador Requião dando este presente ao povo do nosso Estado.

O Sr. André Vargas

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Queria elogiar a postura do governo, deputado Nereu Moura, porque sempre fui defensor da negociação, mesmo que isso signifique o rendimento do programa. Que nós possamos para o ano que vem virar a página da história.

Quero parabenizar, de público, o governador, pela negociação. Acredito que as demais concessionárias poderão também comparecer e negociar uma redução dessa ordem. Quem ganha é a economia do Paraná e quem ganha é o relacionamento democrático das opiniões que, aparentemente divergentes, também são concordantes quando o avanço se dá.

Quero parabenizar o governador pela determinação e principalmente pelo bom senso e pela negociação entre as partes, pois esta é a saída para qualquer impasse.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte do deputado André Vargas.

Evidentemente que o pedágio está sendo um dos piores nós que este Governo está tendo para desatar, um dos mais difíceis, temos que reconhecer. Agora, se não fosse o esmero e a determinação do governador Requião de endurecer o jogo e jogar com firmeza, naturalmente que não teria negociação que resolvesse esse projeto, porque o único caminho seria o reajuste das tarifas, que já são insuportáveis pela comunidade, pelo nosso povo, pela nossa população.

De forma que nós só estamos conseguindo essa grande vitória porque o governador Requião conduziu com firmeza, com dureza, com profunda determinação essa sua obstinação de reduzir a tarifa de pedágio no nosso Estado, permitir que o pedágio não seja um sacrilégio ao povo do nosso Estado.

Fica aqui, senhor presidente, o nosso registro, a nossa homenagem ao governador Requião, por neste final de ano, estar dando um presente monumental ao povo do Paraná, reduzindo a tarifa do pedágio, permitindo que o pedágio do nosso Estado possa ser aceitável, possa ser

praticável. E que a nossa comunidade não tenha este peso nas suas costas para poder suportar.

Era isso, agradeço a atenção de todos!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado às Oposições.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados: Venho a esta tribuna para colocar e falar sobre duas coisas.

A primeira delas sobre aquilo que o governador do Estado do Paraná declarou no momento que questionaram que foi cobrado pelos deputados e pela imprensa que ali estava, sobre as emendas orçamentárias. E fiquei triste em ver, ele que já foi deputado estadual e sabe como funciona o trabalho de um parlamentar, quando ele tem que atender o Plenário, a votação, acompanhar os projetos, as matérias que aqui são votadas, de interesse do governo. Muitas vezes, questões polêmicas que os deputados da base colocam o seu peito em defesa do Poder Executivo e da Oposição que dentro da Democracia é muito importante porque ela faz a cobrança, a Oposição faz os questionamentos e aponta os erros para que o próprio governador possa colocar no trilho o seu governo quando não vai indo no caminho certo.

Aqui, na imprensa, ele declarou que não vai cumprir emenda nenhuma. Escute isso, deputado Nereu Moura e senhor presidente: Não vai cumprir emenda nenhuma, para deputados ganharem comissão!

Eu não aceito! Não posso aceitar que o governador do Estado do Paraná faça uma declaração dessas, para aqueles que aqui na Assembléia fazem parte da sua base, defendem os interesses do governo nas questões polêmicas, muitas vezes contra o interesse da população do Paraná, o governador dar uma declaração destas, dizendo que todos os deputados, todos nós ganhamos comissão quando um recurso é liberado para o município!

Eu, não! E garanto que nenhum deputado deste plenário está dentro desta colocação que o governador Roberto Requião aqui fez, porque, com certeza ele, quando deputado estadual, deveria ganhar, porque se ele está colocando desta forma, lá no passado deve ter agido desta maneira e por isso vem declarar isso na imprensa do Estado do Paraná.

O Sr. Durval Amaral

Me permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, parece que essa afirmativa ocorreu na reunião da última segunda-feira. Claro que na terça-feira, no dia de ontem, nós que somos deputados de oposição ficamos até um tanto quanto perplexos, tendo em vista as dificuldades que teve o governo na Sessão de ontem, aqui nesta Casa.

Claro que agora as notícias se tornaram públicas através do jornal, e me solidarizo também com os deputa-

dos da base do Governo, no sentido dessa indignação que para nós não estava expressa, não estava ainda clara, mas, se tornou clara, através da imprensa. Acredito até que isto deveria propiciar uma medida da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa porque fere a Assembléia Legislativa no seu todo. Não só os deputados da base do Governo, que tenho certeza em hipótese alguma, até porque ao que me consta, deputado Bradock, o governo não tem liberado recursos aos municípios, à sociedade paranaense!

Então, além de não receber absolutamente nada, ainda levam uma pecha desta natureza. Acho que isso não condiz, por exemplo, deputado Stica, com a tradição de um Partido como o PT, que sempre foi um Partido vigilante, um Partido contestador, fiscalizador, e que tenho certeza, se desta reunião participou, profundamente indignado como Partido, inclusive, deve ter ficado.

Então, não podemos realmente aceitar, por mais respeito que tenhamos à figura do governador; não podemos aceitar que ele desrespeite os deputados e sobretudo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, neste sentido e me solidarizar com os deputados da Base do Governo, que, realmente, ao que me consta, foram frontalmente atacados pelo governo.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Um segundo assunto, senhor presidente. que eu queria...

O Sr. Nereu Moura

Permite-me um aparte, deputado Plauto?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, vai me faltar tempo para eu poder colocar a segunda posição, mas está com a palavra o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Plauto, naturalmente que V. Exa. deputado da Oposição desta Casa, tem todo o direito, toda a legitimidade para fazer as suas ponderações. Todavia, o governador Requião não nos desonra, mas pelo contrário, orgulha a todos nós.

O governador Requião não falou isso que V. Exa. está colocando aí aos deputados que estavam lá. O governador Requião deve ter alguns motivos para falar sobre o passado, sobre coisas que passaram. Naturalmente que o governador Requião em momento algum disse que os deputados iriam pegar comissão de algo que não existe e ele em toda a sua vida, foi uma pessoa íntegra aqui como deputado, tanto que foi eleito prefeito de Curitiba, governador do Estado, senador, governador de novo com seus acertos e com seus erros; é um homem polêmico, é um homem firme nas suas oposições, mas é um homem extremamente íntegro e honesto e isso eu posso lhe afirmar. De forma que não posso aceitar aqui que V. Exa.

faça uma afirmação, de que quando o governador Requião foi deputado aqui nesta Casa, ele possivelmente tenha pego comissão para liberar Emendas. Isso é inaceitável! Nós não podemos concordar e nem aceitar uma afirmação desse gênero pelo respeito que temos pelo governador Requião, pela sua integridade e pela sua honestidade.

Agradeço o aparte da V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Nobre deputado Nereu, então peço a V. Exa. que processe o jornal que publicou aquilo que o governador falou dos deputados estaduais e em especial da base aliada, que estão cobrando a liberação das emendas junto ao orçamento.

E se ele colocou desta forma como está aqui no jornal "O Estado", acredito que - e repito - quando ele foi deputado estadual com certeza ele deveria agir dessa forma, coisa que tenho certeza que na Assembléia Legislativa do Paraná, hoje, não tem um deputado que use desse artifício quando está ajudando um município do Estado do Paraná para que ele receba aquilo que é de direito junto ao Estado do Paraná e é o papel dos deputados estaduais, que é cobrar benefícios para os municípios. Não aceito que o governador chame os deputados estaduais dessa forma, que eles ganham comissão para liberar recursos para o município. Se ele fez no passado, nós não fazemos!

Senhor presidente, só para concluir, porque eu subi aqui para falar do pedágio e acabou avançando a discussão. Excelente a redução da tarifa do pedágio! Desde o começo nós cobrávamos uma conversação, um entendimento com equilíbrio para que a tarifa do pedágio pudesse ser diminuída. O deputado Bradock, o deputado André Vargas e outros deputados que fizeram parte da CPI do Pedágio, colocam dessa forma no seu relatório, que tinha que se encontrar um entendimento, e o entendimento passava por isso que o governador fez, tirando as obras que as concessionárias têm que fazer no Estado do Paraná.

A partir de agora, a "Caminhos do Paraná" vai fazer a manutenção, vai conservar e vai sinalizar. Obras novas de construção de trevos, de passarelas, de duplicação, ela não tem mais obrigação, e a "Caminhos do Paraná" eu acredito que, se não inaugurou, vai convidar com certeza todos nós para a inauguração da nova praça de pedágio que foi construída na Lapa.

Já dentro do entendimento, o governador do Estado deu mais um trecho, aceitou mais um trecho para a concessionária para que ela pudesse ter mais uma praça de pedágio - está aí o deputado Stica que é o representante direto - e com esse aumento de cobrança, porque tem mais uma praça de pedágio, proporcionou uma diminuição do preço da tarifa do pedágio.

É dessa forma que se encontra, é dessa forma que tem que caminhar e que encontrar, dentro de uma discussão, de uma diminuição de obras, se encontrar um preço

melhor. Tenho certeza que se ele tiver a humildade que teve hoje, de negociar com todas as concessionárias do Estado do Paraná, diminuindo as obras e as obrigações das concessionárias, ele vai chegar a um entendimento. Ele vai conseguir reduzir o valor do pedágio.

Espero que ele não faça com que outras rodovias do nosso Estado venham a receber a construção de mais uma praça de pedágio, para que possa, dessa forma, ser diluído o preço da cobrança e com isso a tarifa ser diminuída, mas, no entendimento e na conversação, ele encontra o ponto de equilíbrio.

Concedo um aparte ao deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço ao deputado que seja rápido, porque foram cinco minutos, mais um, e agora estamos em nove.

O Sr. Elio Rusch

Agradeço.

O mesmo aparte que foi dado ao deputado Nereu Moura, da Liderança do Governo, V. Exa. como é um homem democrático está cedendo a nós também.

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o pronunciamento que V. Exa. faz com relação aos dois assuntos.

Vamos falar sobre o pedágio.

No início da Sessão, eu ocupava essa tribuna e já fazia as minhas considerações, em relação ao acordo que o governador tem assinado. Já que temos a presença do deputado Nereu Moura aqui, na plenária, agora, e ele comunicou oficialmente à Assembléia, da redução. Eu gostaria que o deputado Nereu Moura trouxesse para nós, aqui, até segunda-feira, quais foram as retiradas dos investimentos que estavam previstos no contrato e os serviços para a redução do custo do pedágio. Se houve retirada de investimentos e serviços ou não.

Se houver, por favor, deputado Nereu Moura, nos traga semana que vem, segunda-feira, para que a Casa possa tomar conhecimento, se realmente o pedágio baixou ou não, porque disse, no início, aqui, se condeno - vou citar o mesmo exemplo -, se o digo que a gasolina está muito cara, dois reais: tem que baixar a gasolina. A gasolina vai baixar para 1,50; não custa mais dois. Quando vou no posto abastecer, não recebo mais 1000 ml, só recebo 700 ml. Logo, a gasolina não baixou! Recebo menos gasolina por 1,50! Se o pedágio reduziu e o governador sempre diz que o pedágio é um roubo, e se o pedágio é um roubo no Estado do Paraná, ele tem que reduzir o pedágio, sem retirar investimentos! se ele retira investimentos e retira o serviço, nós não temos a redução do custo do pedágio, ou então, o governador não falou a verdade, porque se houve roubo, ele tem que reduzir sem retirar investimento! isso tem que ficar claro e cristalino.

Nós gostaríamos, deputado Plauto, que o deputado Nereu Moura, como é democrático, que informou à Casa que houve uma redução, que trouxesse, sem a necessidade de fazermos um pedido de informações, quais foram

os investimentos, se não vai mais ter pista dupla, de todos os investimentos que foram retirados nessa negociação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, apenas informar ao deputado Elio Rusch, que pelo jeito ficou nervoso pela redução do pedágio.

O SR. ELIO RUSCH

Não! Pelo contrário, estou muito feliz.

O SR. NEREU MOURA

Foi o governo dele que colocou pedágio nas rodovias do Paraná. Foi o governo dele que fez o pedágio. Ele vai ter todas as informações, porque esse governo não rejeita pedido de informações, aqui. Essa bancada do governo aprova todos os pedidos de informações - fato que não tínhamos no passado.

Por isso, deputado Elio Rusch, fique tranquilo. V. Exa. vai ter todas as informações, com prazer. Vai ler na imprensa, amanhã. Os documentos que o senhor precisar, nós vamos lhe passar às mãos, com foguetes, esta grande conquista que o Paraná está tendo, graças ao empenho do governador Requião.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou ouvindo atentamente o assunto do pedágio e me ocorreu uma coisa que poderá, evidentemente, o governo, agora, depois de assinado esse contrato, receber aqueles 40% a mais.

O governo, além de ter conseguido esse tento, terá agora, no segundo momento, uma possibilidade jurídica de reaver aquilo que foi cobrado da população, além do que é assinado, conforme o acordo de hoje.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Eu havia pedido aparte, mas gostaria apenas de pedir pela ordem, porque realmente é um assunto muito sério essa afirmação que consta hoje no jornal, dita pelo deputado Plauto Miró. Ela é gravíssima, e eu gostaria aqui de solicitar que este jornalista se retratasse publicamente, ou então que o governador Roberto Requião pudesse citar o nome ou os nomes dos deputados desta Casa que estão recebendo ou que já receberam comissão para liberação de verbas orçamentárias.

O governador já chamou os seus secretários de preguiçosos, já atacou isoladamente este ou aquele deputado, mas nós não podemos permitir que ele, generalizando, coloque na lama o nome desta Casa, que merece todo o respeito, não só do senhor governador do Estado, como o Poder Legislativo independente, mas de toda a nossa sociedade.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar, senhor presidente, qual a medida e qual a providência que essa Mesa tomará, e essa presidência da Assembléia, em relação ao pronunciamento feito pelo governador Roberto Requião, que diz que não vai liberar emendas que foram compromissadas pelo seu governo. Alguém prometeu aos deputados, principalmente da base aliada; prometeu que iria liberar as emendas.

Gostaria de consultar a Mesa e a Presidência, que tipo de atitude esta Casa vai tomar em relação a este pronunciamento que está no jornal, feito por parte do governador Roberto Requião, que tem costume de falar muitas coisas que não são verdadeiras. Ao mesmo tempo vou trazer aqui, para aumentar o debate, como radialista que busca as informações - eu já fui buscar informação com o jornal e com o jornalista Ivan, que fez a matéria do jornal "O Estado", e ele me disse que foi ele que fez a matéria e a fonte que ele utilizou, que ele não quis revelar quem é, mas ele diz que é um deputado que esteve presente na reunião com o governador e é da bancada aliada.

Então, senhor presidente, estamos aqui diante de um grave problema, porque o jornalista só não quis revelar a fonte, porque é um direito que lhe cabe, mas acho que agora vamos ter que dar nome aos bois. É preciso que essa presidência faça alguma coisa no sentido de que esse jornalista diga quem é o deputado que é da Bancada e que lhe deu esta declaração, publicada no jornal Hoje, dizendo que tem deputado que recebe comissão das emendas e por isso ele não vai liberar as emendas, querendo aqui atacar todos os deputados desta Casa.

Então, solicito a V. Exa. que tome providências, não sei quais são as cabíveis, para que este jornalista diga, ou através de um processo judicial, ou através de algum pedido desta Casa, quem é o deputado da base que lhe disse que o governador Roberto Requião disse isso no Palácio Iguazu, ontem.

Era isto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa esclarece que não há nada oficial na Casa e que, portanto, como matéria jornalística, qualquer deputado pode mover uma ação, se achar que é o caso.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Só quero dizer que nós não podemos, em hipótese alguma, nem questionar, nem interrogar, nem tentar qualquer tipo de ilação com relação ao exercício profissional de um jornalista. Eu nem sei quem é o jornalista, mas acho que isto não é função da Assembléia. Todos nós conhecemos a têmpera do governador. Quer dizer, os jornalistas que cobrem a Assembléia, são profissionais de altíssimo gabarito, são profissionais extremamente honestos, relatando as matérias e, efetivamente, acho que se alguma punição ou se alguma providência deve ser tomada, não obstante a palavra do deputado Nereu Moura - a quem tenho um grande apreço e admiração - deve ser

da Mesa da Assembléia, interpelando o governador, para que ele diga se falou ou não. Se não disse, ótimo, maravilhoso, não há problema algum! Se disse, obviamente a Assembléia tem que tomar as providências, porque eu tenho certeza que temos que preservar a isenção profissional de cada jornalista e respeitá-los profundamente. Eu, pelo menos, respeito profundamente o exercício de cada um desses profissionais que cobrem esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Presidência soma-se a V. Exa. em relação ao que pensa dos jornalistas que cobrem aqui esta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

O deputado Durval Amaral, espertamente, como se diz na gíria popular, me perdoe a palavra, o linguajar, mas está "jogando para a galera". Não estou aqui atacando ninguém da imprensa, até porque eu sou da imprensa! O que estou dizendo aqui é o que acabamos de ouvir o deputado Plauto falar na tribuna desta Casa. É uma grave acusação, muito grave acusação a todos os deputados.

Então, o que estou pedindo aqui, estou apenas dizendo que falei com um jornalista agora e ele disse a este deputado que quem lhe fez a confidência foi um deputado que estava na reunião e que era da Bancada. E esta Casa, perdoe-me, senhor presidente, esta Casa não pode dizer que é matéria jornalística, não! Está falando desta Casa de Leis, está falando da nossa Casa, onde nós trabalhamos e o que nós fazemos!

O que tem que ser feito - não estou aqui querendo punir o jornalista, estou apenas querendo saber se o governador falou isso, ele que seja responsável e prove que os deputados ganham comissão das emendas! Caso contrário, ele que venha a esta Casa e diga que se enganou, ou que ele falou mais uma besteira que estamos acostumados a ouvir.

Então, é isso que eu queria deixar bem claro aqui, porque o deputado Durval Amaral, como coloca bem as palavras e tem experiência, colocou exatamente o que eu coloquei aqui, mas com outras palavras.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, dizem que o governador falou, mas o que falou o governador Requião? O que disse o governador Requião? Qual é o problema do que o governador Requião tenha dito? Creio que não dá para aceitarmos o sensacionalismo; o que o governador Requião falou para os deputados? Qual o crime que cometeu o governador Requião? Ele, em momento algum, fez acusação a deputado, e se for instigado, vai repetir o que falou, não tenho dúvida disso! Vai repetir o que ele falou, porque ele não fez acusação alguma a deputado e eu acho que não tem aqui polêmica nenhuma em relação a isso! "Porque o governador falou, porque ele vai ter que repe-

tir!” Mas o que falou o governador Requião! De forma que nós não precisamos aqui nos afogar num corpo d’água, senhor presidente! Creio que se for instado ele vai repetir em qualquer lugar, talvez com maior veemência, o que ele falou aos deputados no Palácio Iguaçu!

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, para esclarecer.

Eu estive nessa reunião e não vi nada de mais nela. Apenas o governador ponderou que seriam priorizados e que o deputado priorizasse, porque muitas vezes não é justo o deputado apresentar uma emenda, porque um prefeito fez uma solicitação para um posto de saúde onde não há necessidade de colocar dinheiro ali, porque o posto de saúde está funcionando.

É preciso olhar prioridades de um hospital regional, a prioridade de uma estrada, e com isso podem colocar o dinheiro na emenda que eu pago.

Agora, eu não vi nada disso que se está conversando aqui. Eu estive lá, o governador foi claro, incisivo e frisou: “são obras prioritárias, eu não aceito muitas vezes jogar dinheiro fora, onde não há necessidade de obra”.

Nisso eu concordo com o governador, temos que colocar dinheiro em obras prioritárias de cada região, de cada município.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta presidência gostaria de esclarecer que foi puxada a discussão inclusive por este deputado, e da mesma forma, eu não ouvi nenhuma palavra do governador em relação a deputados cobrarem propina ou sei lá o que foi dito aí pelo jornal.

Portanto, esta Presidência dá por encerrado este assunto, e passa-se à Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

V. Exa. encerra esse assunto, me desculpe, mas cada parlamentar pode recorrer ao Regimento Interno e usar a palavra.

V. Exa. diz: “está encerrado o assunto”. Os direitos, aqui, são iguais de todos os parlamentares!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esse assunto já está esgotado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2833 de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Padre Paulo Campos e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 08.12.2003 em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nºs 597, 660, 682, 683, 685, 686, 696 e 697/2003. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência do Ciretran de Manguieirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 369/2003

P A R E C E R :

Emenda Supressiva de Plenário ao Projeto de Lei nº 369/2003, que inclui na área de abrangência da Ciretran de Manguieirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, e Honório Serpa.

Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 307/2003 recebeu a seguinte emenda supressiva:

- nº 1, de autoria do deputado Artagão Júnior, propondo nova redação ao artigo 1º do projeto, contendo as seguintes mudanças: “fica incluído na área de abrangência da Ciretran de Manguieirinha, o município de Honório Serpa”.

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Antonio Anibelli, Delegado Bradock, Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Durval Amaral, Chico Noroeste, Marcos Isfer.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Peço ao 1º secretário que proceda à chamada nominal para a votação do projeto, ressalvada a emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Fernandes da Silva Litro)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, observando, aqui, dá para ver claramente que já tem quórum para continuar a Sessão.

Reitero o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Retirado o pedido de verificação, solicito aos senhores deputados que tomem seus assentos para procedermos à verificação de votação ao Projeto 369/2003. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 432/2003. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizada através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Vila Audi de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Fundação Esperança, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Coração de Maria, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a doação de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da rede pública de ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE, COM SUBSTI-

TUTIVO GERAL DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2003, de 22.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI Nºs 220/2003 E 269/2003

P A R E C E R :

As proposições encaminhadas através do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e do Projeto de Lei nº 269/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, foram regimentalmente anexadas através de requerimento de autoria do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, aprovado na reunião de 21 de maio, sendo que ambas as proposições objetivam obrigar as instituições estaduais de ensino superior do Estado, a reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas em cursos de graduação, para alunos da rede pública de ensino do Paraná.

As propostas prevêem ainda que os alunos beneficiados deverão ter cursado todo o ensino médio em instituição pública do Estado, através de comprovação de registro na Secretaria de Estado da Educação, uma delas disciplinando penalidades administrativas a serem apuradas pelo Conselho Estadual de Educação, sendo aplicadas pelo descumprimento da lei, tais como advertência, multa ou intervenção no estabelecimento.

Em face da presente síntese, temos a considerar os seguintes aspectos:

Preliminarmente, o texto original atribui competências ao órgão estadual, qual seja, o Conselho Estadual de Educação, vinculando à Secretaria Estadual de Educação, no tocante aos critérios e mecanismos administrativos para a fiscalização e aplicação dos termos legais consignados.

Assim, ante os termos dispostos no artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, temos para conosco a ocorrência de incompatibilidade em razão de competência exclusiva ao Poder Executivo, senão vejamos:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do governador do Estado as leis que disponham sobre:

... *omissis*

IV - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Desta forma, o texto original apresenta vício, por atribuir e delegar competências a órgãos da administração pública, cuja subordinação encontra-se restrita e privativa ao governador do Estado.

Contudo, referido vício apontado no texto do projeto de lei é passível de saneamento, oportunizado a apresentação de substitutivo por esta Comissão, como será observado na sequência.

Ademais, como foco e essência dos dispositivos consignados no projeto em comento, verifica-se a intenção do legislador em promover a reserva de vagas nas instituições estaduais de ensino superior do Paraná para alunos provenientes da rede pública de Ensino do Paraná.

Em um primeiro momento, suscetível de indagar de maneira sumária, o afrontamento ao princípio e garantia constitucional da isonomia, sedimentada nos termos do artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal brasileira, em prestígio aos direitos e garantias fundamentais.

No entanto, em termos práticos e em interpretação aos princípios constitucionais norteados da democracia estabelecida em nosso País, e por consequência em nosso Estado Federativo, vislumbramos, neste expediente, uma medida de aproximação aos anseios de uma camada da população que clama, não só por oportunidade, mas sim por viabilidade de projetar a esperança de ingressar e concluir o ensino superior.

A Carta Magna brasileira, em seu artigo 6º estabelece como direito social a educação, dentre outros:

“Art. 6 - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifos nossos).

Nesta seara, o artigo 208 da CF prevê.

“Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

I - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada uma;” (grifos nossos)

O jurista Celso de Mello define o conceito de educação, como sendo:

“o mais compreensivo e abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; e (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático”¹ (grifos nossos)

Em vista dos preceitos constitucionais, extrai-se o dever estatal em promover a educação como garantia e fomento aos direitos sociais.

Neste interim, respeitando as expectativas individuais, notória é a desproporcionalidade do acesso à rede pública de ensino superior em relação às diversas camadas sociais da população, de modo a ensejar a reflexão da atuação legislativa na condução da essência dos direitos fundamentais, tais como o acesso à universidade pública.

Em favor da legitimidade do projeto de lei em discussão, questionamos qual é a função social das universidades públicas, cuja razão e existência são provenientes dos cofres públicos, compartilhado pela arrecadação de impostos de todos os brasileiros.

Entretanto, as universidades públicas acolhem efetivamente em sua maioria, estudantes advindos do ensino particular, em decorrência da disparidade de qualidade entre os ensinos médio e fundamental, aplicados nas ins-

1. Moraes Alexandre. Direito Constitucional. 6ª ed. Pág. 60ª. Editora Jurídico Atlas.

tuições particulares e públicas, demonstrando a imensa desigualdade dos nossos alunos, derivando de maneira urgente, a busca por alternativas para atingir o princípio da igualdade.

A historiadora Maria Cláudia Cardoso Ferreira, em discussão sobre o tema no Estado do Rio de Janeiro, afirmou:

“Políticas desiguais são necessárias para uma futura democracia”.

Razoável, todavia, levar em conta o conceito de função social da universidade que oportuniza formação gratuita a uma pequena fração de pessoas e paga pelo conjunto da sociedade. Portanto, sendo pública e gratuita, a universidade, em nome de uma política de diminuição das desigualdades sociais, deverá estabelecer um crédito de reserva de vagas, visando ao preenchimento de vagas para os estudantes de escolas públicas, pobres e com ensino de qualidade inferior.

Em face das articulações expostas, renovamos a indagação: como podemos aplicar o princípio constitucional da igualdade onde todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, perante as adversidades e desigualdades apontadas?

O conceito de igualdade formal inaugurado pela ética socrática, segundo o qual são absolutamente iguais, encontra-se de há muito superado pela noção de igualdade material, já estampada na República de Platão, segundo a qual a igualdade se estabelece não quando todos são tratados sem qualquer distinção - o que poderia redundar extrema injustiça - mas quando os desiguais são tratados de forma desigual, na medida em que se constata a desigualdade.

Trata-se em síntese de dispensar um tratamento distinto a quem é de fato diferente, visando elevar os diferentes ao mesmo padrão dos demais.

É exatamente o que ocorre no caso vertente, em que se procura dar um tratamento diferenciadamente favorável a quem, por condição econômica desfavorável, não esteve inserido num contexto adequado para preparação escolar suficiente à aprovação em concurso de ingresso em uma universidade pública, visando assim a igualação destes com estudantes de classes econômicas mais favorecidas que desde o início de suas vidas escolares, foram melhor preparados.

Tal mecanismo de equiparação desde o início do século XX tem sido aplicado pela Suprema Corte norte-americana na apreciação das chamadas ações afirmativas, através das quais é efetivada a tutela dos direitos fundamentais (aqui elencado o que garante acesso à educação em igualdade de condições) mediante aplicação da chamada “discriminação positiva”.

Com efeito, inconseqüente e inoportuno, tomarmos emprestado a redação do princípio da isonomia no momento da realização do processo vestibular, para atender à conveniência daquele estudante que em toda a sua vida acadêmica conseguiu dispendar quantias para cursar

em escolas particulares almejando o ingresso em instituição pública de ensino superior.

A igualdade suscitada transcende o mero critério de avaliação, o qual não atende às expectativas de uma camada que não possui a igualdade no decorrer da vida estudantil, em vista da precariedade do ensino, para concorrer em processo vestibular em condições dignas.

Portanto, só poderemos invocar o princípio da igualdade no momento em que o Estado disponibilizar a todos os vestibulandos em potencial, as mesmas condições para concorrerem de maneira equânime, isso é, em face de um histórico estudantil digno e compatível aos anseios de uma nação que pretende prosperar e diminuir as desigualdades sociais tão acentuadas em nossa realidade.

A propósito, o artigo 206, inciso VII da CF/88 garante:

“Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

VII - garantia de padrão de qualidade.”

Nesse diapasão, por princípios ideológicos que induzem ao combate às desigualdades sociais, esta Comissão de Constituição e Justiça, com base na legislação maior, manifesta seu parecer favorável às proposições em epígrafe, na forma do Substitutivo Geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 220/2003 E 269/2003

Art. 1º - Ficam as Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, obrigadas a reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da rede pública de ensino do Paraná.

Art. 2º - A cota de 50% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o ensino médio em instituição pública no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Padre Paulo Campos e Durval Amaral.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETOS DE LEI NºS 220/2003 E 269/2003

P A R E C E R :

Relatório

Os Projetos de Lei de nºs 220/2003 e 269/2003, de autoria dos deputados Fernando Ribas Carli e Rafael Greca, dispõem sobre a adoção de cota de 50% das vagas

dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da rede pública de ensino.

Fundamentação

As proposições, anexadas, foram analisadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável na forma de um Substitutivo Geral. Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças encontra méritos indiscutíveis nos projetos apresentados pelos senhores deputados Fernando Ribas Carli e Rafael Greca, entendendo que a preocupação dos autores é o combate às desigualdades sociais e que a aplicação dessas regras não irá trazer nenhuma despesa ao erário público do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos, também parecer favorável aos Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003, opinando pela aprovação dos mesmos na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETOS DE LEI NºS 220/2003 E 269/2003

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003, de autoria, respectivamente, dos deputados Fernando Ribas Carli e Rafael Greca, dispõem sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da rede pública de ensino.

O estabelecimento de cotas é prática adotada no sentido de conferir igualdade, apesar de, à primeira vista, ferir o princípio constitucional. Trata-se da aplicação do princípio da proporcionalidade.

As cotas são utilizadas no direito eleitoral, como forma de garantir a participação feminina em reduto eminentemente masculino. O progresso foi notável, hoje o Paraná só perde para o Estado de Nova York em número de deputadas estaduais eleitas. A aplicação de cotas não deve inibir a implementação de melhorias no sistema público de educação. A questão fundamental a ser analisada é a qualidade da educação pública.

Hoje, o Ministério da Cultura estuda a possibilidade de fixar cotas para a participação de negros em projetos culturais financiados com recursos públicos. Busca-se a realização da igualdade através de medidas jurídicas de organização.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação dos Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003, na forma da emenda anexa, que corrige a redação, em obediência ao disposto na Lei Complementar Federal 95/98.

Sala das Comissões, em 27.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETOS DE LEI NºS 220/2003 E 269/2003
EMENDA AO SUBSTITUTIVO

O artigo 3º, do Substitutivo apresentado aos Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 841//2003, que objetiva dar nova redação do artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999. (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003
A Assembléias Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI - Gratificação de direção, correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao procurador-geral de Justiça, ao subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, ao corregedor-geral do Ministério Público, ao sub-corregedor-geral do Ministério Público e ao diretor-secretário da Procuradoria-Geral de Justiça”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a alteração do artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (dispõe sobre a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), que prevê o pagamento de “gratificação de direção, correspondente a dez por cento do subsídio dos respectivos cargos, ao procurador-geral de Justiça, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos e ao corregedor-geral do Ministério Público; e, correspondente a cinco por cento do subsídio do respectivo cargo, ao sub-corregedor-geral do Ministério Público”,

para igualar o percentual da gratificação do sub-corregedor-geral do Ministério Público (5%) a dos demais membros do Ministério Público ocupantes de cargo de direção superior (10%), bem como incluir na sobredita previsão o diretor-secretário da Procuradoria Geral de Justiça.

A presente proposta, que nos termos do artigo 23, *caput*, da Lei Complementar nº 85/99, obteve o beneplácito do egrégio colégio de Procuradores de Justiça, formalizado pela Resolução nº 59, de 03 de dezembro de 2002, tem por escopo dar concreção ao princípio da isonomia em matéria de vantagens atribuídas a membros do Ministério Público ocupantes de cargos de direção superior e, ainda, em relação ao sub-corregedor-geral do Ministério Público, evitar que na prática o promotor de Justiça substituto de segundo grau ocupante do cargo de assessor do corregedor-geral do Ministério Público, que percebe 10% do subsídio do respectivo cargo a título de gratificação de assessoramento superior (cf. inciso VII, do citado artigo 141), tenha remuneração superior ao do procurador de Justiça sub-corregedor-geral (cuja gratificação, como visto, é de 5% do subsídio do respectivo cargo), o que não se coaduna com a estrutura em carreira dos cargos do Ministério Público.

Impende salientar que a Lei Complementar nº 85/99 prevê, no artigo 9º, parágrafo 3º, a fundação de diretor-secretário da procuradoria-geral de Justiça estatuinte, no artigo 71, *caput* que "a Secretaria da Procuradoria-Geral será dirigida por membro do Ministério Público, em exercício, designado pelo procurador-geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos. No entanto, no artigo 141, inciso VI, ao prever a gratificação de direção deixou, por evidente lapso do legislador, de incluir o diretor-secretário da procuradoria-geral de Justiça ao lado dos demais ocupantes de cargos de direção.

Por fim convém assinalar que, consoante estudos realizados pela área administrativa desta instituição, o impacto financeiro na folha de pagamento de

pessoal, na hipótese de aprovação da presente proposta e conseqüente concessão da gratificação, será de 0,0173% (cf. Certidão nº 861/2003-DRH, anexa), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 13.980/2002 - cf. Informação nº 190-2003/DP, anexa). Por igual, demonstrou o estudo realizado que a repercussão, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, será de 0,00029%, donde resultou a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (cf. Informação nº 679/2003-DF, anexa).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO**

Protocolo nº: 861/2002

Interessado: José Ivahy de Oliveira Viana

Assunto: Solicitação de Gratificação - Projeto de Lei

INFORMAÇÃO Nº 100/2003

Senhora Diretora do Departamento Financeiro

Atendendo ao despacho contido na fl. 35, datado de 24.03.2003, elaboramos o cálculo do impacto na folha de pagamento referente ao aumento da Gratificação de Direção do sub-corregedor-geral, de 5% (cinco por cento) para 10% (dez por cento) e da instituição da Gratificação de Direção do secretário do PGJ no percentual de 10% (dez por cento).

A base de cálculo utilizada para as respectivas gratificações foi o cargo de procurador de Justiça, ou seja, o percentual incidindo sobre o vencimento e a verba de representação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2003.

Em cumprimento ao inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente ao pagamento das referidas gratificações.

Cargos	Prot.	INCREMENTO			
		No mês	2003	2004	2005
Aumento da gratificação do sub-corregedor	861/2003	R\$ 604,20	R\$ 7.854,60	R\$ 7.854,60	R\$ 7.854,60
Instituição da gratificação do secretário do PGJ	861/2003	R\$ 1.208,40	R\$ 15.709,20	R\$ 15.709,20	R\$ 15.709,20
TOTAIS		R\$ 1.812,60	R\$ 23.563,80	R\$ 23.563,80	R\$ 23.563,80

Informamos que o valor mensal de R\$ 1.812,60 (um mil, oitocentos e doze reais e sessenta centavos) equivale a 0,0173% (zero vírgula zero cento e setenta e três por cento) de aumento na folha mensal de pagamento.

Curitiba, 22 de abril de 2003.

(aa) ÂNGELA TEREZINHA MEIRA FARIAS
Coordenadora Folha de Pagamento
FABIANO SALDANHA SALES DA SILVA
Vice-Diretor do DRH/PGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Informação nº 190/2003

Protocolo nº 861/2002 - MP/PGJ

Assunto: Gratificação de direção

Senhor sub-procurador geral:

Informo a V. Exa. que existe disponibilidade orçamentária para atender a despesa em pauta, no valor de R\$23.563,80 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos). Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062732.392 - Administração dos Serviços do Ministério Público - elemento de despesa 3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas.

Informo, ainda, que a presente despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 13.980, de 26 de dezembro de 2002.

Em relação à compensação, nos dois exercícios seguintes (artigo 17, parágrafo, parte final da LRF), o MP não tem autonomia para gerar aumento de receita através de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, sendo estes atos prerrogativas do Poder Executivo.

Nestas condições, a compensação nos exercícios seguintes deverá enquadrar-se no percentual orçamentário, aprovado pela Lei nº 13.727 de 15 de julho de 2002.

Curitiba, 22 de abril de 2003.

(a) ANA REGINA PELLANDA FUCK

Diretora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Informação: nº 679/2003

Protocolo: nº 861/2002 - SUBSEDE/PGJ

Assunto: Impacto Relativo a Despesa Total com Pessoal, em face das Disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - Do limite de 2%

Período	Despesa Realizada				RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução IRRF-Ativos	Soma		
Jan a Dez/02	98.358.599	286.747	18.770.052	79.875.295	7.490.806.899	1,066%

c) Tomando-se por base o percentual acumulado do exercício de 2002, que é de 1,066%, o acréscimo a que se refere o artigo 71 representa 0,1066%.

Conseqüentemente, o limite para o exercício de 2003 é de 1,1726%.

d) A seguir, a situação considerando-se a despesa com inativos:

Período	Despesa Realizada					RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução Fundo Prev.	Dedução IRRF	Soma		
Jan a Dez/02	142.760.616	286.747	8.117.991	26.793.508	108.135.864	7.490.806.899	1,444%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90% -, são vedados:

I - concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - Do limite de 10% para crescimento

a) De acordo com o artigo 71 da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no artigo 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do artigo 20.

b) A despesa com pessoal, exceto inativo, realizada até dezembro/2002 é a seguinte:

III - Do cálculo do impacto

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal realizados até março e projetados os valores para os meses de abril a dezembro de 2003. Os dados relativos à Receita Corrente Líquida realizada até fevereiro/2003 foram obtidos do sistema Sefanet. O crescimento da receita corrente líquida realizada no ano de 2002 em relação a 2001 foi de 15% (quinze por cento). Os valores de

março a dezembro de 2003 referem-se a receita projetada pela Secretaria de Estado da Fazenda e reflete um crescimento de 10,00% (dez por cento) em relação ao ano anterior.

b) Excluindo-se as despesas com pessoal inativo (conforme Resolução nº 07 de 29.05.2001, do Colégio de Procuradores de Justiça), a situação para o exercício de 2003, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:

Período	Despesa Realizada				RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução IRRF - Ativos	Soma		
Maio/02 a Abr/03	106.194.930	347.973	19.971.753	86.571.150	8.128.728.505	1,065%
Set/02 a Ago/03	110.171.025	305.143	19.628.931	90.847.238	8.375.280.274	1,085%
Jan/03 a Dez/03	114.040.346	332.132	18.611.960	95.760.518	8.664.926.096	1,105%

c) Incluindo inativos, a situação atual é a seguinte:

Período	Despesa Realizada					RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução Fundo Prev.	Dedução IRRF	Total		
Maio/02 a Abr/03	153.031.221	347.973	8.607.847	28.125.410	116.645.936	8.128.728.505	1,435%
Set/02 a Ago/03	158.008.090	305.143	8.692.753	27.400.297	122.220.183	8.375.280.274	1,459%
Jan/03 a Dez/03	161.562.614	332.132	8.571.712	25.864.871	127.458.162	8.664.926.096	1,471%

d) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$1.812,60 para o mês de abril e R\$2.618,20 para os

meses de maio a dezembro de 2003 e R\$23.563,80 para os exercícios de 2004 e 2005 conforme quadro a seguir:

Período	Despesa Realizada				RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução IRRF - Ativos	Soma		
Maio/02 a Abr/03	106.195.333	347.973	19.971.753	86.571.552	8.128.728.505	1,065%
Set/02 a Ago/03	110.173.039	305.143	19.628.931	90.849.252	8.375.280.274	1,085%
Jan/03 a Dez/03	114.044.374	332.132	18.611.960	95.764.545	8.664.926.096	1,105%

e) Incluindo-se os gastos com inativos, o cálculo é

o seguinte:

Período	Despesa Realizada					RCL	% da RCL
	Pessoal	Terceirizada	Dedução Fundo Prev.	Dedução IRRF	Soma		
Maio/02 a Abr/03	153.031.624	347.973	8.607.847	28.125.410	116.646.339	8.128.728.505	1,435%
Set/02 a Ago/03	158.010.104	305.143	8.692.753	27.400.297	122.222.197	8.375.280.274	1,459%
Jan/03 a Dez/03	161.566.641	332.132	8.751.712	25.864.871	127.462.190	8.664.926.096	1,471%

f) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a 0,00029% no gasto total com pessoal no período de doze meses em relação à Receita Corrente Líquida

(prevista para o exercício de 2003) de R\$8.664.926.096,00.

É a informação.

D.F., 22 de abril de 2003
(a) MARIA PRISCILA M. THOMÉ
Diretora do Departamento Financeiro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

P A R E C E R :

Trata-se de Projeto de Lei Complementar, apresentado pela Exma. procuradora-geral de Justiça, Maria Tereza Uile Gomes, objetivando alterar a redação do inciso VI do artigo 141 da Lei Complementar nº 85/1999, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

A atual é a seguinte:

Art. 141 - Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

VI - gratificação de direção correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao procurador-geral de Justiça, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos e ao corregedor-geral do Ministério Público; e, correspondente a cinco por cento do subsídio do respectivo cargo, ao sub-corregedor-geral do Ministério Público;

Já a pretendida é a seguinte:

Art. 141 - Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

VI - gratificação de direção, correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao procurador-geral de Justiça, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, ao corregedor-geral do Ministério Público, ao sub-corregedor do Ministério Público e ao diretor-secretário da procuradoria-geral de Justiça;

Pragmaticamente, portanto, a pretensão é de elevação da gratificação de direção paga ao sub-corregedor-geral do Ministério Público, de 5% para 10%, bem como de extensão dessa gratificação ao diretor-secretário da procuradoria-geral de Justiça.

Preliminarmente, há que se ressaltar que a Constituição Federal estabelece como princípio institucional do Ministério Público a independência funcional, assegurando expressamente ao *parquet* autonomia funcional e administrativa.

Segundo o artigo 127, § 2º da Carta Magna, pode o Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

Sendo assim, compete ao Ministério Público, efetivamente, propor ao Legislativo a política remuneratória de seus agentes.

Logo, sob aspecto formal, não há qualquer óbice oponível à regular tramitação da proposição, apresentada pela autoridade constitucionalmente legitimada a dispa-

rar o devido processo legislante nesta Assembléia Legislativa.

Também a pretensão legislativa observa os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo acompanhada de estudo elaborado com essa finalidade, de que se infere que o impacto financeiro da medida pretendida será de 0,0173%, sobre a folha de pagamento de pessoal, ou de 0,00029% sobre a despesa total com pessoal da Instituição, tendo ainda a respectiva despesa previsão na Lei Orçamentária Anual.

Da justificativa apresentada com a proposição infere-se que uma de suas razões é evitar que na prática o promotor de justiça substituto de segundo grau ocupante do cargo de assessor do corregedor-geral do Ministério Público, que recebe 10% do subsídio do respectivo cargo a título de gratificação de assessoramento superior (cf. inciso VII, do citado artigo 141), tenha remuneração superior ao do procurador de Justiça, sub-corregedor-geral (cuja gratificação, como visto, é de 5% do subsídio do respectivo cargo), o que não se coaduna com a estrutura em carreira dos cargos do Ministério Público.

O argumento, *data máxima venia*, não se justifica, posto que a gratificação é pelo exercício do cargo de direção, e não pela condição originária de substituto ou titular do agente ministerial. Mas isso é de pouca importância.

O que realmente importa é que, de fato, trata-se de gratificação de direção, e que tanto o procurador-geral de Justiça, como o sub-procurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Corregedor-geral do Ministério Público, o sub-corregedor-geral do Ministério Público e o diretor-secretário da procuradoria-geral de Justiça exercem cargos de direção.

Dispõe a Lei Complementar nº 85/99:

Art. 37 - O corregedor-geral do Ministério Público indicará um procurador de Justiça para função de sub-corregedor, que será designado pelo procurador-geral de Justiça.

Parágrafo Único - Ao subcorregedor-geral do Ministério Público incumbe:

I - substituir o corregedor-geral em suas faltas ou impedimentos;

II - realizar correições e inspeções nas Procuradorias e Promotorias de Justiça;

III - coordenar os serviços de assessoramento dos promotores da Corregedoria-Geral;

IV - supervisionar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;

V - elaborar a escala de férias dos promotores da Corregedoria-Geral;

VI - exercer outras atribuições por delegação do corregedor-geral do Ministério Público.

...

Art. 71 - A Secretaria da Procuradoria-Geral será dirigida por membro do Ministério Público, em exercício, designado pelo procurador-geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, incumbe ao secretário:

I - assistir e assessorar o procurador-geral de Justiça em sua atividade social e administrativa;

II - dirigir os serviços da Secretaria, cabendo-lhe:

1 - despachar e expediente da Secretaria;

2 - preparar o expediente para despacho do procurador-geral de Justiça;

3 - efetuar comunicados administrativos aos membros do Ministério Público;

III - executar outras tarefas administrativas.

Na realidade, a Secretaria da Procuradoria-Geral não se caracteriza como órgão de administração ou ainda como órgão de execução do Ministério Público, mas como órgão auxiliar.

Contudo, o agente ministerial diretor da Secretaria certamente exerce atividade de direção, justificando-se, portanto, a percepção da gratificação correspondente.

Por fim, tem-se que a equiparação pretendida, para padronização da gratificação em idêntico percentual, é justificada com base no princípio da isonomia, sendo, desse modo, axiologicamente adequada e harmonizando-se com o princípio constitucional implícito de razoabilidade.

Sendo assim, o voto submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão é favorável à proposição, para que tramite regularmente o respectivo processo legislativo pela Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Ministério Público, objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná).

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria.

O projeto de lei está acompanhado dos relatórios de impacto exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo ao princípio da autonomia administrativa e financeira inerente ao exercício das atividades do Ministério Público.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003, na forma da emenda anexa, destinada apenas a corrigir a técnica legislativa, na forma da Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

O artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2827, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de pedir a leitura do requerimento e saber o seu autor.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O requerimento é do deputado Alexandre Curi, e solicito ao senhor 1º secretário que proceda à leitura do requerimento. (**É lido o requerimento**).

Está em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputados que aprovam.
Deputados que rejeitam.

Aprovado!

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA. 031/2003, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica que tem por escopo alterar o artigo 4º da Lei nº 11280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente à propriedade de veículos automotores - IPVA.

O condão que se utiliza o presente projeto de lei, para fazer ponte à sua transformação em norma positiva, aduz que se deve implantar uma alíquota menor

para a tributação de veículos automotores movidos a gás, o que criaria uma alternativa de consumo menos onerosa à população que se utiliza do automóvel como meio de locomoção.

O incentivo ao uso do gás natural como combustível seria de elevada importância, já que tornaria o uso do veículo a gás economicamente mais vantajoso e também menos poluente. Ainda mais, fica apregoado que com a sanção do presente projeto de lei, empregos serão criados devido à nova demanda que se venha a instituir.

Tendo em vista a situação ora traduzida, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade de seu objeto. É mister ainda resplandecer que, para que não se agitanhe a legislação correspondente ao caso, deve-se fazer uma ressalva no que tange à alteração pretendida.

Como bem é lembrado, a Lei nº 101/2000 traz a obrigatoriedade de apresentação de um estudo do impacto orçamentário que a pretensa redução tributária venha a acarretar. É notório que o objetivo do projeto de lei ora sopesado, visa o incentivo ao uso de veículo a gás natural veicular através de incentivo fiscal, já que equipara a alíquota deste tipo de transporte à menor percentagem trazida pela Lei nº 11.280/95, ou seja, 1% (um por cento). Desta maneira as conseqüências que esta redução irá ocasionar, devem ser objeto de estudo, quer seja pelo autor do projeto de lei, ou pela Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sendo assim, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada mais observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, tem por objetivo alterar o artigo 4º da Lei nº 11280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente à propriedade de veículos automotores - IPVA.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 22, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não há nada que venha obstar o presente objeto em análise.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao encaminhamento do duto Plenário.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2821, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 256/2003.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres regulamentem o uso do uniforme escolar na rede pública de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 066/2003, de 01/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 500/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres regulamentem o uso do uniforme escolar na rede pública de ensino.

A presente proposição dá aos órgãos colegiados das escolas autonomia para decidir sobre a adoção ou não do uso de uniformes escolares.

A obrigatoriedade do uso de uniformes por alunos de escolas públicas foi sempre uma matéria polêmica, em razão de seu aspecto ideológico e, sobretudo, por razões de ordem financeira das famílias cujos filhos estudam nas escolas públicas.

O rigor da interpretação do inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual motivada a transformação dessa proposição em Indicação.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

A interpretação mais ampla da norma supra sustenta o prosseguimento do trâmite regimental da proposição.

Para assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, propomos a seguinte emenda ao artigo 3º.

Parágrafo Único - Os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres de cada escola pública estadual que decidirem pela obrigatoriedade do uso de uniforme escolar constituirão um fundo financeiro para

aquisição de uniformes destinados àqueles alunos que manifestarem falta de condições para aquisição do uniforme adotado.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição na forma do substitutivo geral apresentado por esta Comissão, reservando-nos ao direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 500/2003

Art. 1º - Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962, de 23 de novembro de 1984, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - É de competência dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres de cada escola pública estadual a decisão quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme escolar e o estabelecimento das regras relativas à sua adoção, garantindo-se uma igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Parágrafo Único - Os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres de cada Escola Pública Estadual que decidirem pela obrigatoriedade do uso de uniforme escolar constituirão um fundo financeiro para aquisição de uniformes destinados àqueles alunos que manifestarem falta e condições para aquisição do uniforme adotado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 500/2003

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres regulamentem o uso de uniforme escolar na rede pública de ensino.

Quanto aos aspectos sobre o qual este parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, deve-se ressaltar que o autor deste projeto de lei pretende acabar com a proibição do uso do uniforme escolar, deixando a critério dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres para realizarem a escolha da utilização ou não do uniforme escolar.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
TADEU VENERI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que revoga o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 24 de junho de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 567/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 567/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, revoga o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Todavia, o projeto deve ser modificado a fim de atender às peculiaridades das atividades de dança e de xadrez, que não necessitam de professores formados em Educação Física para serem ministradas.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 567/2003

O Projeto de Lei nº 567/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Modifica a redação do parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, passando a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos previstos nesta lei, os profissionais de dança e xadrez, seus instrutores, professores e academias.”

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 567/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 567/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, revogando o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria e apresentou emenda modificativa, no sentido de excluir da incidência da referida legislação os profissionais de dança e xadrez, seus instrutores, professores e academias.

Com a redação conferido pela emenda da Comissão de Constituição e Justiça, continuam no âmbito de incidência da legislação citada as academias de artes marciais e yoga.

Destaca-se que também o *caput* do projeto de lei dever ser alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: "altera a redação do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003."

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 567/2003, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2003, de 24/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 575/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade.

Neste contexto, deve ficar evidenciado que o imóvel em questão, discriminado no artigo 1º do referido projeto, acomodará as instalações da Escola Municipal Carlos Gomes, como evidenciado no artigo 2º.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 575/2003

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade.

A proposição do projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nereu Moura, contribui em relação a aspecto de ordem da administração pública, solucionando as ansiedades da comunidade e do município. A mesma demonstra a preocupação e visão do deputado para com a educação local e do Paraná.

Chamada esta Comissão a se pronunciar sobre o projeto de lei, a mesma pronuncia-se favoravelmente a tão importante iniciativa.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2003, de 03/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 657/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, que institui o Dia do Técnico Agrícola, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2003, de 05/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 664/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, visa instituir o Dia do Técnico Agrícola, a ser comemorado anualmente no dia 5 de novembro.

Fundamentação

Ao analisarmos a matéria em tela, nada encontramos de natureza inconstitucional e mesmo legal que obste a sua normal tramitação. Contudo, verificamos que a redação do projeto não está em conformidade com as normas de elaboração legislativa, se fazendo necessário a apresentação de uma emenda substitutiva geral ao mesmo.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 664/2003, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 664/2003

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Técnico Agrícola a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de novembro.

Art. 2º - Considera-se técnico agrícola, para fins desta lei:

§ 1º - o diplomado que tenha concluído um dos cursos técnicos agrícolas por escolas agrícolas autorizadas ou reconhecidas, regularmente constituída, nos termos das Leis nºs 4024, de 20/12/1961; 5692, de 11/08/71 e 7044, de 18/10/82 e 9394/96, habilitados nas modalidades:

- a) técnico agrícola em agricultura;
- b) técnico agrícola em agropecuária;
- c) técnico agrícola em agroindústria;
- d) técnico agrícola em açúcar e álcool;
- e) técnico agrícola em carnes e derivados;
- f) técnico agrícola em enologia;
- h) técnico agrícola em florestal;
- i) técnico agrícola em leite e derivados;
- j) técnico agrícola em meteorologia;
- l) técnico agrícola em meio ambiente;
- m) técnico agrícola em pecuária;
- n) técnico agrícola em pesca;

o) outras modalidades afins.

§ 2º - O diploma em data anterior à finalização dos cursos de formação, acima referidos, cujo diploma tenha sido reconhecido por lei federal.

§ 3º - O diploma de estrangeiros que hajam revalidado seu diploma na forma de legislação em vigor.

§ 4º - O profissional sem os cursos e a formação acima referidos, desde que conte na data de regulamentação da Lei 5524, de 05/11/68 sobre o exercício por órgão competente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi - Acesa, com sede e foro no município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 670/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi - Acesa, com sede e foro no município de Sarandi.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 120/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a redivisão administrativa do Estado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 092/2003, de 05/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA INDICAÇÃO Nº 120/2003

P A R E C E R :

Relatório

A presente Indicação acima citada, de autoria do deputado Hermes Fonseca, propõe à Secretaria de Estado

do Planejamento e Coordenação-Geral, estudos para a redivisão administrativa do Estado.

Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais e regimentais no que diz respeito à competência legislativa do autor, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Voto

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a esta Indicação Legislativa.

Sala das Comissões, em 28.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 121/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a implantação de Centros Administrativos nas sedes das regiões administrativas do Estado. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 092/2003, de 05/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA INDICAÇÃO Nº 121/2003

P A R E C E R :

Relatório

A presente Indicação acima citada, de autoria do deputado Hermes Fonseca, propõe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, estudos para a implantação de Centros Administrativos nas sedes das regiões administrativas do Estado.

Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais e regimentais no que diz respeito à competência legislativa do autor, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Voto

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a esta Indicação Legislativa.

Sala das Comissões, em 28.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2819, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2808, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2810 e 2811, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Queria registrar a presença do Marcos Pescador, prefeito da cidade de Vera Cruz do Oeste, cidade que é um exemplo na área de soja orgânica, e seu assessor o acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos o registro e a visita do prefeito Pescador e seus companheiros.

Requerimento nº 2814, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Já foi aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas, o problema é o som, senhor presidente, estou tentando falar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Nós já pedimos e será verificado o serviço de som. Agora, infelizmente...

O SR. DURVAL AMARAL

Mas, são vários requerimentos, senhor presidente. Quais são os seguintes?

Requerimento nº 2815, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2807, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2809, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2813, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2818, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2823, de autoria do deputado Hermes Fonseca constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2824, de autoria dos deputados Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Reni Pereira e Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2825, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2826, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2830 e 2831, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2828, de autoria dos deputados Durval Amaral, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2832, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2834, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2822, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 220, 500, 567, 575, 657, 664 e 670/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 042, 576, 667, 675, 678, 685 e 687/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 116 e 123/2003.

Levanta-se a Sessão.

Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 046/2003

Autoria: Deputado Dobrandino da Silva

Súmula:

Propõe ao Poder Executivo a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia.

1º - O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Itaipulândia, considerando:

- o município possuir cerca de 8000 habitantes;
- que havendo a ocorrência de sinistros a comunidade é atendida pela unidade da corporação do município de Medianeira, distante 60 quilômetros de Itaipulândia;
- a necessidade de se prover a área de segurança local com estrutura e equipamentos de combate a incêndio e atendimento a sinistros de outra natureza e que dependam de profissionais da área;
- os elevados prejuízos causados a moradores na eventualidade de incêndio até a chegada da brigada de incêndio do município de Medianeira.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 047/2003

Autoria: Deputado Dobrandino da Silva

Súmula:

Propõe ao Poder Executivo a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguaçu.

1º - O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de São Miguel do Iguaçu, considerando:

- o município possuir cerca de 26.000 habitantes;
- que havendo a ocorrência de sinistros a comunidade é atendida pela unidade da corporação do município de Medianeira, distante 20 quilômetros de São Miguel do Iguaçu;
- a necessidade de se prover a área de segurança local com estrutura e equipamentos de combate a incêndio e atendimento a sinistros de outra natureza e que dependam de profissionais da área;
- os elevados prejuízos causados a moradores na eventualidade de incêndio até a chegada da brigada de incêndio do município de Medianeira.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 048/2003

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

Súmula:

Indica a necessidade do governo acelerar a implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná.

1º - Considerando que a energia é fonte essencial à geração de emprego e renda.

2 - Considerando que há necessidade urgente de se desenvolverem, no País, pesquisas alternativas para os combustíveis fósseis, como o biodiesel.

3 - Considerando que o biodiesel é uma mistura de óleos vegetais (soja, girassol, milho, mamona, caroço de algodão, nabo-forrageiro...) e o álcool anidro, um combustível que reduz consideravelmente os níveis de gases poluentes emitidos pelos veículos automotores.

4 - Considerando que o Paraná possui um território de cerca de 200.000 km² (2,3% da área nacional) e as condições de clima, de solo de água abundantes são favoráveis ao desenvolvimento das culturas acima.

5 - Considerando que a produção de soja (10 milhões de toneladas por ano ou 25% da produção nacional) e de cana-de-açúcar (24 milhões de toneladas anuais) é favorável à aplicação do biodiesel etílico, que é a mistura de 80 a 90% de óleo vegetal e 10 a 20% de álcool anidro.

6 - Considerando que a substituição do óleo diesel do petróleo, produto cotado em moeda estrangeira, pela bioenergia melhorará de forma significativa a equação energética do Estado, através da diminuição da dependência e importação de petróleo, com reflexo direto na condição socioeconômica, reduzindo a evasão de divisas e possibilitando a aplicação desses recursos no desenvolvimento estratégico do Paraná.

7 - Considerando que a bioenergia pode representar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável para o Estado do Paraná tendo como princípios a preservação ambiental, a equidade social e o crescimento econômico.

8 - Considerando que a implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná poderá ser a redenção das mais diversas regiões interioranas do Estado, com a inclusão de pequenos produtores no Programa, gerando milhares de empregos e aumento de renda, principalmente na agricultura.

Tomamos a liberdade de mostrar a V. Exa. a conveniência de acelerar os estudos para implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná, ousando mais uma vez, como V. Exa. costuma fazê-lo, na administração do nosso Estado.

Esta Casa, com certeza, estará apoiando e aplaudindo mais essa iniciativa de seu Governo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 049/2003

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

Súmula:

Sugere a criação de Bolsa Universitária Estadual para alunos egressos de escolas públicas.

1º - A criação de sistema de bolsas de estudo destinado a estudantes egressos da rede pública de ensino que, matriculados em instituições de ensino superior mantidas pela iniciativa privada, demonstrarem insuficiência de recursos.

2º - O valor das bolsas de estudo deverá corresponder às despesas com a matrícula e mensalidades escolares devidos à instituição de ensino superior privada.

3º - A comprovação de conclusão em escola pública será efetivada no ato da matrícula, mediante a apresentação de histórico escolar expedido pela instituição de ensino.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem por objetivo possibilitar que os estudantes pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira possam concluir o curso superior em instituições privadas.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.

O artigo 23, inciso V, da Constituição Federal declara ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. O presente projeto obedece a Constituição, proporcionando os meios adequados para garantir aos alunos egressos das escolas públicas de ensino médio a continuidade de sua escolarização. Direito da população e dever do Estado.

Considerando a relevância social da proposta, esperamos contar com o apoio dos parlamentares para a rápida tramitação e aprovação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 050/2003

Autoria: Deputado Barbosa Neto

Súmula:

Sugere a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros na Região Norte do Paraná.

1º - A criação de um posto do Corpo de Bombeiros na região Norte do Paraná, que atenda aos municípios de Jataizinho, Assaí, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Nova Fátima, Congonhas, São Jerônimo da Serra e Santo Antônio do Paraíso.

2º - A região desses municípios, que juntos somam 150 mil habitantes, não possuem nas proximidades um posto do Corpo de Bombeiros.

3º - Em caso de incêndios, a probabilidade de agravar os incidentes e comprometer vidas é maior, devido ao tempo que o socorro capacitado leva para chegar até o local.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 051/2003

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

Súmula:

Propõe a adoção de medidas relativas à fruticultura no Paraná.

1º - A fruticultura é uma atividade primordial porque gera empregos no campo, ocupa a mão-de-obra familiar, possibilita a maior agregação de renda com a diversificação agrícola e potencializa a cadeia produtiva da agroindustrialização.

2º - A fruticultura se desenvolve em todo o Paraná: hoje são cerca de 26.000 produtores cultivando aproximadamente 50.000 hectares e há grandes produtores no setor, a maioria é constituída de pequenos agricultores que cultivam, em média, uma área de 2,30 hectares.

3º - Considerando que o Paraná possui condições favoráveis ao solo, clima, relevo para a expansão dessa atividade, tomamos a liberdade de propor a V. Exa. a implantação de um Programa Estadual de Fruticultura que contemple, dentre outras, o zoneamento agroclimático, irrigação, planejamento estratégico e a comercialização com o objetivo de melhorar o desempenho do setor e representar mais riquezas para a nossa economia.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 052/2003

Autoria: Deputado Mauro Moraes

Súmula:

Propõe a instituição da Frente de Trabalho Estudantil, nas escolas públicas do Estado, em regime de estágio remunerado.

1º - Fica instituída a Frente de Trabalho Estudantil, integrada por estabelecimentos do ensino público estadual, que mantêm ensino médio, destinada à contratação, em regime de estágio remunerado, de alunos que estiverem cursando o ensino médio regularmente.

2º - A Frente de Trabalho Estudantil será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação e será implementada pelas unidades escolares.

3º - A remuneração do aluno, na Frente de Trabalho estudantil, não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo vigente à época de sua contratação.

4º - O prazo de contratação será de 12 (doze) meses e a quantidade de vagas, em cada estabelecimento de ensino, corresponderá a até 1% (um por cento) do total de alunos matriculados na unidade escolar, sendo que o número de contratações, não poderá ser superior a 12 (doze) e nem inferior a 4 (quatro) por escola, no período.

5º - A inscrição deverá ser realizada mediante a apresentação de uma proposta de ação para uma função específica.

6º - Os candidatos poderão apresentar propostas de ação nas seguintes funções:

I - auxiliar de biblioteca;

II - auxiliar de almoxarifado;

III - auxiliar de secretária;

IV - monitor de recreação e lazer;

V - monitor de informática;

VI - monitor por área de conhecimento.

7º - Fica proibida a atuação de qualquer estagiário sem o devido servidor titular da área.

8º - Só poderão ser contratados alunos entre 16 (dezesseis) e 19 (dezenove) anos, regularmente matriculados e que freqüentem assiduamente o ensino médio na unidade escolar e que apresentem rendimento escolar satisfatório.

9º - A contratação será apreciada pelo conselho da escola, ao final de cada bimestre.

10º - A carga horária a ser cumprida pelo aluno deverá ser de 04 (quatro) horas diárias, distribuídas durante o período livre do aluno.

11º - Caberia aos Conselhos de Escola das unidades escolares:

- I - decidir acerca das contratações;
- II - analisar as propostas de ações dos candidatos;
- III - entrevistar os candidatos selecionados;
- IV - selecionar os candidatos;
- V - estabelecer e distribuir as funções;
- VI - elaborar o regulamento interno específico e zelar pelo seu cumprimento.

12º - Os casos omissos serão encaminhados ao conselho de escola, para apreciação e posterior deferimento.

13º - A seleção de candidatos às funções obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios:

- I - carência, através de avaliação socioeconômica;
- II - desempenho escolar;
- III - assiduidade;
- IV - avaliação diagnóstica de habilidades;

14º - Ao final do estágio, os alunos receberão um atestado sobre as atividades desempenhadas na escola, que servirá, para todos os efeitos, como referência de trabalho.

15º - A direção das escolas, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, poderá instituir um banco de dados disponibilizando currículos e avaliações dos alunos que participarem da Frente de Trabalho Infantil, com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho, junto às empresas privadas.

16º - As empresas privadas poderão participar do projeto, destinando recursos para as unidades escolares efetivarem as contratações.

17º - O Governo Estadual poderá firmar convênio com organismos nacionais e internacionais, visando à manutenção financeira da Frente de Trabalho Estudantil.

18º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constante no orçamento.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação visa aproveitar a criatividade e disponibilidade dos estudantes das escolas públicas estaduais. Pretende ainda criar oportunidade de estágio remunerado para os mesmos, que deverão ter bom aproveitamento escolar, ser assíduos, ter habilidades que serão desenvolvidas. Temos que reconhecer que a escola está mais perto das comunidades carentes e que sem dúvida poderá desempenhar a contento esse trabalho social de inserir esses estudantes no mercado de trabalho.

A apresentação dos projetos de trabalho para as devidas áreas sem dúvida possibilitará que esses serviços cheguem mais perto das expectativas de prestação dos mesmos, que têm como seus usuários os próprios alunos. Por ser um projeto que ajuda a inserção de jovens no mercado de trabalho, tenho a certeza da aprovação dos membros desta Casa.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen, Jocelito Canto, Durval Amaral, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Elza Correia, Fernando Ribas Carli e Barbosa Neto. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Doutor Luciano. APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock. APROVADO, com voto contrário do deputado Antonio Anibelli; 02) Projeto de Lei nº 560/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 606/2003, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 637/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. O deputado Duílio Genari solicita vistas. Concedida pelo presidente; 05) Projeto de Lei nº 649/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 020/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 024/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 025/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. O deputado Durval Amaral solicita vistas. Concedida pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter à emenda de Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. O deputado Elton Carlos Welter solicita vistas. Concedida pelo presidente; 11) Projeto de Lei nº 292/2003, de auto-

ria do deputado Mauro Moraes. Os deputados Elton Carlos Welter e José Maria Ferreira solicitam vistas. Concedida pelo presidente; 12) Projeto de Lei nº 636/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 682/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 683/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 684/2003, de autoria do Poder Executivo. Os deputados Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Durval Amaral solicitam vistas. Concedida pelo presidente; 18) Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo. Os deputados Delegado Bradock, Jocelito Canto e Durval Amaral solicitam vistas. Concedida pelo presidente; 19) Projeto de Lei nº 178/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 481/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. O deputado Jocelito Canto solicita vistas. Concedida pelo presidente; 21) Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 694/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 696/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 697/2003, de autoria do Poder Executivo. Os deputados Durval Amaral, Delegado Bradock e Tadeu Veneri solicitam vistas. Concedida pelo presidente; 25) Projeto de Lei nº 041/2003, de autoria do deputado Cleiton Kilse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 042/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 043/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 048/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 347/2003, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 674/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 675/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 678/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do depu-

tado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 687/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do deputado Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Ailton Araújo apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 382/2003, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis - Secretária

Balancetes:

OFÍCIO Nº 19/2002

Curitiba, 04 de dezembro de 2002.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de NOVEMBRO/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO
 ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 MÊS: Novembro
 MÊS: Novembro
 Exercício: 2003

REF: GAR260A
 PAG.: 01
 Data: 30/11/2003

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.200.000,00	148.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.200.000,00	148.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	2.600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	2.600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	13.200.000,00	151.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	203.508,27	5.272.905,72
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	203.508,27	5.272.905,72
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	203.508,27	5.272.905,72
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.789.907,82	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.789.907,82	4.760.343,88
TOTAL	27.193.416,09	161.333.249,60

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Novembro	MÊS: Novembro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/11/2003
--	----------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	13.904.390,83	143.160.446,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.685.786,10	120.251.266,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.218.604,73	22.909.180,82
DESPESAS DE CAPITAL	64.702,85	1.161.667,01
INVESTIMENTOS	64.702,85	1.161.667,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	13.969.093,68	144.322.113,83
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	497.936,38
PAGAMENTOS	0,00	497.936,38
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	3.288.876,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.288.876,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	3.786.813,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.224.322,41	13.224.322,41
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.224.322,41	13.224.322,41
TOTAL	27.193.416,09	161.333.249,60

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade